

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2014

Aos 02 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho em Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha, respetivamente 1º e 2º secretários.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Carlos Manuel Pereira Martins • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • Isabel Maria Dinis Berbereia • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • João Manuel Teixeira Salvador • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Marco Paulo Vieira Alves • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Mário José Martins Cardoso • Nídia Manuela Sousa Lopes Inácio • Péricles Pereira Ortins • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

António Félix Flores Rodrigues • Artur Manuel Leal de Lima • Maria da Graça Amaral da Silveira • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Deputados municipais independentes:

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Fernando Dias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 24 de setembro de 2014 foi aprovada com 34 votos a favor e 3 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Atas e minutas das deliberações da Câmara Municipal.**
- **Da Assembleia Municipal da Calheta de S. Jorge, um voto de recomendação sobre a ligação marítima Calheta/Angra do Heroísmo que o senhor presidente da Mesa passou a ler.**
- **Da Associação Nacional de Municípios Portugueses recebida uma súmula da conferência «Portugal do Futuro - A organização territorial do Estado e a democracia de proximidade».**

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente.

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Artur Machado: – Informo esta assembleia que o processo que teve início em janeiro do corrente ano culminou ontem com a inscrição de 63 animais no Registo Nacional de Equinos e o Pónei da Terceira está inscrito como raça pura. Existe um livro genealógico, a raça existe e terá que seguir.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas deputados. Começo a minha intervenção com uma nota de satisfação pelo facto de um açoriano ter atingido um cargo de dirigente de grande prestígio a nível nacional como presidente do maior partido da oposição; falo de Carlos César, ex-presidente do Governo Regional.

Julgo que qualquer açoriano se sentirá honrado ao ver cidadãos da região a atingirem posições de relevo a nível nacional, porque todos sabemos da dificuldade da malta do continente em aceitar açorianos para posições de grande relevo.

Tivemos Mota Amaral como presidente da Assembleia da República, um cargo de grande prestígio, e agora temos Carlos César como presidente de um partido nacional. Julgo que este espírito de satisfação deve ser transversal às questões partidárias, pondo de lado quaisquer rivalidades políticas.

Há muitos anos, quando era presidente do governo espanhol Felipe Gonzalez, morreu o almirante Carrero Blanco, um dos braços direitos do Franco. Uma jornalista, meio estouvada, perguntou ao senhor presidente do governo espanhol se não estava satisfeito por ter morrido um inimigo membro do regime fascista e ele respondeu que o presidente do governo espanhol não podia regozijar-se com a morte de um espanhol; acho que isso deve traçar a forma como devemos exercer a ação política, capazes de ultrapassar as grandes divergências e olhar para os seus aspetos mais positivos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados. Pretendo obter, por parte da vereação camarária, respostas relativas a um conjunto de situações que o PSD e o CDS-PP denunciaram a respeito de algumas empreitadas na cidade.

Em primeiro lugar gostaria de saber se é verdade que o valor da caução relativa à empreitada de construção da escola da Ribeirinha pode atingir um máximo de 800 mil euros, conforme consta do contrato da referida empreitada, e se é também verdade que, até à divulgação do relatório do Tribunal de Contas, nem foram corrigidas as deficiências da obra detetadas aquando a sua receção provisória em abril de 2013, nem foi aplicada qualquer sanção ao empreiteiro.

É ou não verdade que a anterior presidência da Câmara, com todas as competências delegadas, adiou qualquer deliberação acerca da aplicação de multas ou outras sanções pelos atrasos na escola da Ribeirinha, levando o assunto a reunião camarária quando, segundo parecer jurídico da Câmara Municipal da autoria do doutor Farinha, já não havia lugar ao pagamento de multas contratuais pelo facto de a obra já ter sido concluída?

É ou não verdade que o que os vereadores da oposição viabilizaram foi a receção provisória da escola, porque estava pronta, e a sua não receção prejudicaria os alunos e a freguesia da Ribeirinha? Como maioria, os vereadores da oposição poderiam ter bloqueado a receção da escola o que não seria favorável ao município.

É ou não verdade que o Tribunal de Contas não apontou qualquer falta aos vereadores da oposição, deixando bem claro onde se encontravam as responsabilidades nas falhas relativas à escola da Ribeirinha?

É ou não verdade que, na reunião camarária de abril de 2013, ficou determinada a aplicação de sanções ao empreiteiro (e o acionamento da caução é uma sanção), caso os defeitos da obra não fossem corrigidos no prazo de 20 dias?

É ou não verdade que, passado um ano desde a tomada de posse do atual elenco camarário, não foi aplicada por esta vereação qualquer sanção ao empreiteiro e agora o Tribunal de Contas exige a correção dos defeitos da obra ou o sancionamento do empreiteiro até 31 de dezembro? A não aplicação de sanções, conforme manda a lei, é uma decisão que favorece o empreiteiro e prejudica o município.

É ou não verdade que as garantias das empreitadas da escola da Ribeirinha começaram com a receção provisória das obras e a sua validade abrange todo o presente mandato autárquico e compete a este executivo resolver os contenciosos transitados do mandato anterior, não se podendo demitir de eventuais erros de vereações igualmente socialistas?

É ou não verdade que o montante das sanções, multas e cauções, atinge cerca de 100 mil euros? Se adicionarmos este valor ao da caução da escola da Ribeirinha, que poderá atingir um máximo de 800 mil, obteremos um total de 900 mil euros em sanções a aplicar ao mesmo empreiteiro, valor referido anteriormente pela oposição.

É ou não verdade que, até ao passado domingo, a vereação camarária sempre assumiu que havia um contencioso com a empresa responsável pela obra das calçadas, que as multas não estavam pagas e provavelmente teria que haver um contencioso judicial?

É ou não verdade que esta vereação nunca cumpriu a deliberação da anterior Câmara e mandava acionar a caução das calçadas, respeitante à parcela da empreitada que foi executada em 15 dias?

É ou não verdade que o senhor vice-presidente da Câmara chegou a admitir em Assembleia Municipal que a Câmara teria culpas no processo das calçadas, admitindo a possibilidade de o empreiteiro vir a ser indemnizado pela autarquia, merecendo a imediata crítica da oposição?

Numa declaração à RTP Açores no passado domingo, o vice-presidente da Câmara referiu que as multas tinham sido pagas pelo empreiteiro; pretendemos saber em que dia esse pagamento foi feito e solicitamos que o respetivo comprovativo do pagamento seja distribuído aos deputados municipais.

Sr. presidente da Câmara: – Muito bom dia senhor presidente, senhores membros da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal. Tinha optado não falar sobre esta questão dado o meu impedimento pessoal na matéria mas, após análise jurídica, esse impedimento já não existe por isso vou falar-vos destas duas questões.

Independentemente dos valores de caucões, ou do que quer que seja, vou ler-vos a ata da reunião de Câmara referente à escola da Ribeirinha:

«O órgão executivo por maioria, com 6 votos a favor do presidente, dos vereadores do PS, dos vereadores do PSD e uma abstenção do vereador do CDS/PP, deliberou:

- Proceder à receção provisória da obra com abertura ao uso público... Não aplicar multas contratuais ao empreiteiro.»

Isto quer dizer que este executivo decidiu aguardar a entrega do relatório do Tribunal de Contas porque havia um conjunto de dúvidas sobre a condução da obra. Uma vez recebido esse relatório, decidiu-se em conjunto com o empreiteiro identificar o que não estaria em condições, o que seria necessário fazer e determinar um conjunto de prazos para que isso fosse resolvido.

Não há multas a aplicar porque essa matéria ficou encerrada, mas haverá caucões que serão acionadas caso apareçam defeitos na obra devidamente identificados no período de 5 anos decorridos após a sua entrega. Neste momento foi necessário acionar caucões na ordem dos quarenta e tal mil euros.

A Câmara corrigirá os defeitos existentes na obra e o empreiteiro pagará essas despesas de acordo com a garantia. Há algumas pedras desalinhadas na fachada do edifício e alguns vidros riscados que o empreiteiro afirma ter colocado em perfeitas condições e que terão sido danificados devido a uma limpeza feita pela escola, uma questão a resolver por um juiz caso não haja entendimento.

É preciso não esquecer que o dinheiro que cobramos não será receita da Câmara porque será gasto na correção da obra e provavelmente terá que haver devolução de fundos comunitários, o que não constituirá um problema porque temos projetos que consomem todos os fundos remanescentes. Estamos a falar de um valor de 50 mil euros em 4 milhões que terão que ser gastos no que for sendo detetado.

Há outras questões relacionadas com um equipamento AVAC. Houve modificações no edifício que alteraram as condições de ventilação e o mau desempenho do equipamento não pode ser imputado ao empreiteiro porque foi rigorosamente instalado o que constava do projeto que possuía uma deficiência gravíssima porque havia um corredor sem janelas e os alunos ficavam expostos ao vento e ao frio.

Ao serem colocadas as janelas, houve modificações na circulação do ar no interior do edifício, o que faz com que os testes ao AVAC fiquem ligeiramente fora dos parâmetros mas não é nada de grave.

Existe ainda um problema no teto que não estava apontado inicialmente e há uma entrada de água no ginásio. Estas correções terão que ser efetuadas pelo empreiteiro ou serão acionadas as garantias.

Será esse o procedimento a seguir na escola da Ribeirinha ao longo dos 4 anos restantes da garantia. Quer o empreiteiro faça ou não faça, a garantia subsistirá e a Câmara será ressarcida de qualquer despesa que lá surja mas não há multas a aplicar.

As perguntas do senhor deputado tinham um ar de censura política sobre o passado; somos do mesmo partido mas não me cabe responder a isso. Cada um votou como votou, o sentido dos votos consta das respetivas atas e não devo pronunciar-me sobre essa matéria.

Havia sérias dúvidas levantadas e uma inspeção do Tribunal de Contas a decorrer sobre a escola da Ribeirinha; esperou-se pelo resultado, que é público e está na mão de todos vós; estamos a agir sobre ele e todos os defeitos até agora encontrados estão devidamente caucionados.

O relatório sobre a escola da Ribeirinha não fala em terrenos e nada tem a ver com disputas antigas. Há uma questão com o empreiteiro que eventualmente terá que ser discutida em tribunal, porque não se sabe quem terá riscado os vidros da escola. Temos que averiguar se estavam riscados na altura da sua colocação ou se foram riscados posteriormente, devido a operações de limpeza por parte de terceiros. Não há nenhum drama, porque estamos a falar numa dúzia de vidros e esses riscos são quase impercetíveis, mas o problema consta do relatório e será resolvido por quem de direito.

Compreendo o sentido dos votos que não desdouram os membros da Câmara nem da oposição e estão justificados pelo respetivo contexto. De momento não temos qualquer iniciativa com este empreiteiro e, sem querer justificar a ação do anterior elenco camarário, porque isso não me compete, esta Câmara tem tido igual tolerância de forma consciente em relação a outros empreiteiros.

Fazendo uma apreciação política do assunto e não me parecendo que haja nenhuma censura, a Câmara não deve ser o carrasco dos empreiteiros, porque estão em jogo vários empregos e o funcionamento da nossa economia.

As questões censuráveis encontradas pelo Tribunal de Contas de que resultará uma eventual aplicação de multa em membros do executivo e do corpo técnico da Câmara, estão totalmente resolvidas e têm a ver com a condução da obra e com a substituição de uma central analógica por uma digital. Esse assunto foi resolvido e a Câmara ressarcida, creio que nada daí resultará mas, como sabem, as multas são pessoais e sinto-me na obrigação de não me pronunciar sobre o assunto.

A questão das calçadas é um pouco mais complexa. A obra iniciou-se com um determinado projeto que não foi aprovado pela Direção Regional da Cultura e teve que ser interrompida por razões não imputáveis à Câmara nem ao empreiteiro. Do meu ponto de vista, a DRC deveria ter-se pronunciado sobre o projeto e não na fase de execução da obra, o que inquinou todo o processo.

Não estou impedido de falar nesta questão, porque não há nenhuma decisão remanescente do ponto de vista da Câmara. Falta saber se a obra atrasou por culpa do empreiteiro ou, segundo o que ele alega, devido ao embargo determinado pela DRC. A decisão será tomada pelos tribunais.

A Câmara está a proceder ao acionamento das garantias para aplicar multas e não o fez antes porque se tentou encontrar uma solução negociada que evitasse problemas a ambos os lados, mas não foi possível porque o empreiteiro não se culpabiliza pelos atrasos.

Há uma questão ainda mais importante que tem a ver com elegibilidade de fundos comunitários. Se as calçadas não forem ilegíveis no próximo quadro comunitário de apoio, há um prejuízo óbvio para a Câmara e teremos que processar o empreiteiro.

Só poderá ser tomada qualquer decisão sobre a questão das calçadas quando o próximo quadro comunitário estiver em vigor e o assunto ficar resolvido e claro. Nessa altura saberemos se é possível fazer esse tipo de obra com o financiamento comunitário do próximo quadro, o que altera completamente a questão porque podemos passar de um prejuízo de pouco mais de 11 mil euros para umas centenas de milhar.

Neste momento existe uma manifestação de acionamento das cauções para sermos ressarcidos das multas contratuais aplicadas pela anterior Câmara, às quais o empreiteiro se opõe pelas vias legais. O tribunal decidirá se a culpa do atraso da obra é do empreiteiro ou de terceiros e só então saberemos se receberemos esse valor que será abatido nos fundos comunitários e reverterá a favor das obras comunitárias em curso, não resultando em qualquer prejuízo para a autarquia; tudo dependerá de um conjunto de decisões que nos são alheias.

A Câmara poderá não receber qualquer verba e está a fazer o que lhe compete no tempo certo; por um lado, aguardando um relatório com alguma expectativa e, por outro, tomando a decisão final após a notificação da aprovação do próximo quadro comunitário, para poder averiguar se haverá outros prejuízos para além dos resultantes dos atrasos das obras.

Como é de lei, as atas foram disponibilizadas, os senhores conhecem as votações e o relatório do Tribunal de Contas sobre a escola da Ribeirinha é público. O assunto foi entregue a um advogado que está a aguardar a publicação do quadro comunitário para entrar com uma ação cujo valor será decidido em função desse quadro e na altura própria informaremos do resultado das decisões judiciais.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, Exmo. executivo camarário, senhores deputados municipais.

O senhor presidente da Câmara esclareceu de forma clara uma série de questões mas eu estou à vontade para falar sobre o assunto. O senhor sabe tão bem quanto eu que, a partir do momento em que a obra é entregue, a aplicação de multas deixa de ter validade e os vereadores foram consultados em reunião camarária onde se discutiu se a obra seria entregue porque nesse momento já não se colocava a questão das multas.

Na reunião anterior de abril, tinha sido pedido à senhora presidente que as multas fossem aplicadas. Foi decidido que assim se procederia mas, quando o assunto foi trazido de novo à reunião em setembro, já não era possível aplica-las e a única coisa que podíamos fazer era aceitar a escola.

Passando ao assunto das calçadas, fiquei com algumas dúvidas porque o senhor vice-presidente referiu na última reunião da Assembleia que não haveria pagamento de multas mas referiu à RTP que já tinham sido pagas. Afinal, foram pagas ou não? Pelo esclarecimento do senhor presidente da Câmara, percebemos que tinham sido acionados os mecanismos mas nada estava pago.

Pergunto se e quando foram acionados esses mecanismos para o pagamento das multas e das cauções como tinha ficado deliberado por unanimidade em setembro de 2013, porque ainda não percebi qual a atual situação desse contencioso.

Lamento que haja situações em que a oposição tenha que endurecer as suas posições para obter uma explicação tão clara e escorreita como esta, mas já deveria ter acontecido antes para que ficassemos informados de todas as situações e munidos dos documentos necessários.

Sr. presidente da Câmara: – Volto a afirmar que não há da minha parte ou de alguém de boa-fé qualquer razão para censura em relação aos senhores vereadores da oposição do mandato anterior. Lendo as atas, entende-se os mecanismos que levaram às decisões que foram tomadas da forma mais racional no momento pelos senhores vereadores e eu teria provavelmente votado da mesma maneira se estivesse no lugar deles.

Quanto às multas, às quais devemos chamar sanções por atraso, os valores são os seguintes: em relação à rua da Rosa 34 136,92 €, rua do Salinas 15 666,42 € e rua Carreira dos Cavalos 17 904,48 €. Já foi dito há muito ao empreiteiro que pretendemos receber esse dinheiro, ele opõe-se pelas vias judiciais e há uma tentativa de acionamento de garantia.

Não falei antes sobre este assunto porque poderia estar legalmente impedido de o fazer devido a alguma decisão a ser tomada pela Câmara, mas obtive o aconselhamento jurídico necessário e fui esclarecido de que não havia esse impedimento, visto não existir qualquer decisão subsequente.

A Assembleia e a Câmara serão informadas das decisões resultantes destes processos sendo que, no que respeita às calçadas, só intentaremos a ação judicial uma vez entrado em vigor o

próximo quadro comunitário de apoio que altera as questões de valor indemnizatório, o que, pelo que tenho visto nas notícias, acontecerá nas próximas semanas.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Quando, em sessões anteriores, a oposição colocou questões relativas a estas empreitadas, o senhor invocou o impedimento e bem e não me chocaria que não estivesse presente na sala quando estes assuntos fossem discutidos, algo a que se tem assistido noutros âmbitos.

Como o senhor referiu que já não possui esse impedimento e provavelmente este assunto não morrerá aqui, pergunto se o voltará a invocar em questões futuras relacionadas com as multas das calçadas ou outras quaisquer.

No que toca às referidas multas, confesso que fiquei confuso e terei que ouvir novamente as declarações do senhor vice-presidente à comunicação social...

Sr. vice-presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – Eu falo à moda de S. Mateus e o pessoal da cidade não entende os de S. Mateus.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Confesso que fiquei confuso com este *volte-face*. Na sessão da Assembleia Municipal de setembro o senhor vice-presidente disse que o assunto estava a ser estudado e essas declarações estão em ata.

A 10 de novembro foi colocado um comunicado no *site* da Câmara referindo que o assunto provavelmente seria discutido nos tribunais e pareceu-me que o senhor vice-presidente terá dito no passado fim de semana que essas multas tinham sido pagas mas vou ouvir novamente essas declarações quando chegar a casa porque tenho a gravação.

Sr. presidente da Câmara: – Não invoco o impedimento apenas porque me apetece, porque não se trata de um direito mas sim de uma obrigação prevista na lei. Falei agora sobre o assunto, porque já não posso influir, visto que as decisões já foram tomadas, mas estou impedido de o fazer sobre outras matérias ainda não decididas.

A respeito do que disse o senhor vice-presidente, convém lembrar que o acionamento de cauções não é um assunto pacífico. Foi manifestada uma intenção e a outra parte tem o direito de se defender como entender.

Sr. vice-presidente da Câmara José Gaspar Lima: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Vou falar à moda da cidade para ver se me entendem melhor. Eu disse que foi acionada garantida bancária para pagamento das multas aplicadas ao empreiteiro relacionadas com o atraso das obras em algumas ruas da cidade de Angra do Heroísmo, porque o empreiteiro não as acabou a tempo. Foi isto que eu disse à televisão; se a jornalista pôs no ar o que entendeu, isso é outra coisa. Se lhe pedir, ela tem consigo as gravações com as declarações. Eu até referi os valores das multas, rua por rua: rua da Rosa, rua do Salinas e rua Carreira dos Cavalos, mas ela não os pôs lá.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Em primeiro lugar gostaria de saudar o elevado tom de dignidade com que este debate está a decorrer e por parte do PSD não haverá qualquer tipo de apartes ou piadas a respeito deste assunto.

O senhor presidente da Câmara é uma pessoa frontal, reconhecemos-lhe isso, mas decerto também reconhecerá que também o somos e consideramos que as questões e dúvidas levantadas publicamente pela oposição são legítimas.

Numa situação de inversão de papéis, julgo que seria legítimo que o PS tivesse tomado a mesma atitude se estivesse na oposição. Do mesmo modo e com a mesma frontalidade,

também considero legítimas as explicações que a Câmara e o seu presidente dão em sua defesa porque estamos em democracia e é assim que as coisas funcionam.

É importante ler a deliberação completa de abril que refere: «... *se vai proceder à receção provisória da obra com a sua abertura a uso público condicionada à conclusão dos trabalhos de correção por parte do empreiteiro, assinalados no auto de vistoria efetuada a 3 e 4 de janeiro de 2013, a serem executados no prazo de 20 dias contados a partir da notificação de decisão. Caso não sejam efetuados, será acionada a caução prestada*».

Não só, os defeitos não foram corrigidos em 20 dias, como também não foi acionada a caução no decurso do mandato anterior. O contencioso transitou para este mandato, passando para a responsabilidade deste executivo, o empreiteiro não executou os trabalhos de correção, a Câmara não acionou a caução e foi aí que o tribunal se manifestou. Não foi a Câmara que esteve à espera do relatório do Tribunal de Contas; esse relatório surgiu porque a Câmara e o empreiteiro não fizeram o que deveriam ter feito.

Tranquiliza-me que o senhor presidente tenha dito que as cauções continuam na posse da Câmara e não tenham sido libertadas em favor do empreiteiro. Teria sido muito mais simples se, aquando as sucessivas questões colocadas pela oposição em 3 ou 4 reuniões da Assembleia Municipal, o executivo camarário se tivesse pronunciado visto que o senhor presidente não o podia fazer. Até à data e por opção da Câmara, nunca foi dada qualquer explicação clara como a de hoje.

O senhor vice-presidente da Câmara declarou à RTP que as multas já tinham sido pagas por isso é que perguntei quando isso aconteceu. Parece que este processo começou a agilizar-se depois da oposição, mais ou menos assertivamente, ter denunciado este conjunto de preocupações na comunicação social.

Também percebo que, dada a preocupante situação de desemprego no nosso concelho, a Câmara entenda não ser o carrasco das empresas de construção civil que o desemprego afeta de forma substancial, mas compreenda o senhor presidente que, quando uma empresa ganha uma obra, fica em vantagem perante as outras que também estão em dificuldades sem hipóteses de realizarem essa obra, mesmo tendo concorrido para tal e as sanções estão previstas na lei para compelir as empresas a cumprir.

No caso das calçadas, houve um abandono da obra por parte do empreiteiro e há ações judiciais a favor da Câmara Municipal que podem ser tomadas no sentido de ressarcir o município e os munícipes pelos prejuízos e incómodos causados, desde logo aos residentes na rua do Marquês e a todos os afetados pela deficiente circulação automóvel provocada por esses atrasos.

Saúdo os esclarecimentos de hoje do senhor presidente, lamento que o executivo camarário não os tenha feito mais cedo e reitero que as dúvidas levantadas pela oposição foram legítimas, tão legítimas que o senhor optou por não responder às 16 questões que lhe coloquei, como também considero que são legítimas as explicações do município que pecam por tardias.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados.

O grupo municipal do PS congratula-se com a forma clara e nobre com que o executivo mais uma vez nos veio falar das obras das calçadas de Angra e da escola da Ribeirinha e já nos sentíamos satisfeitos com os esclarecimentos prestados quando solicitados em várias sessões da Assembleia.

Apraz-nos registar que, num esforço de aproximação aos cidadãos do município e fora dele, toda esta documentação está disponível e de fácil consulta no *site* da Câmara. Congratulamo-

nos com a transparência de todo este processo e com a clareza com que a informação tem sido prestada aos cidadãos.

Como nos diz o código deontológico do discurso político, devemos ter amor à verdade e empenhar-nos nessa procura. É com esse sentido de dever e cidadania que nos pronunciamos, certos de que os esclarecimentos foram prestados por esta Câmara, na devida altura, no mandato anterior e que este executivo tem feito o seu melhor de forma clara, transparente e responsável no sentido do interesse público.

Apraz-nos também o facto de o senhor presidente ter assumido a não existência de novos contratos com a empresa em causa nestes dois processos, um indício da vontade clara de que esta situação seja sanada para que possamos seguir em frente.

A nossa preocupação deve centrar-se na forma de financiamento e renovação das nossas calçadas e esperamos acompanhar todo o processo de execução nas próximas sessões.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, bom dia a todos.

Esse voto de abstenção do CDS-PP foi o único e os restantes foram contra, porque achámos que este processo começou torto e torto vai acabar. A abstenção serviu para demonstrarmos as nossas dúvidas na receção daquela obra e, pelos vistos, tínhamos razão mais uma vez.

Vou pegar em algumas expressões usadas pela doutora Isabel Berbereia e acrescentar mais uma. Na política temos que assumir uma atitude clara, nobre, ética, de verdade e acrescento a transparência.

Com toda a frontalidade, transparência e verdade, como era o meu dever no mandato camarário anterior, denunciei o que achei que estava mal. Tenho pena que o Tribunal de Contas não averigue a fundo a escola da Ribeirinha mas não perdi a esperança de que isso venha a acontecer.

Fui vítima da judicialização da política. O anterior vice-presidente da Câmara apresentou queixa-crime da minha pessoa pela minha atividade política e pedi levantamento da minha imunidade parlamentar para ir responder.

Informo a Assembleia Municipal e os que não sabem que fui absolvido de todas as acusações que me eram movidas e, pelo contrário, fui até elogiado pela minha atitude em denunciar aquilo que foi um mau gasto de dinheiros públicos. Gastou-se mais de um milhão de euros a mais do dinheiro público e custa-me ver gastar todo esse dinheiro.

Quem com ferros mata, com ferros morre. Uns já estão lá para os lados de Évora e outros hão de ir lá parar.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Tem surgido na comunicação social algo que me preocupa e que tem a ver com as observações indiretas do senhor presidente da Câmara relativamente à remoção dos *pipelines* do Cabrito. Gostaria que o senhor presidente me explicasse essa sua preocupação recente, uma vez que é afirmado que há risco de contaminação dos aquíferos de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara: – Essa minha preocupação consta de vários relatórios e tem a ver com um *pipeline* abandonado que liga a zona dos antigos reservatórios nas imediações das nossas nascentes do Cabrito à Base das Lajes e deveria ter sido removido há uns anos de acordo com uma exigência do Governo Regional.

Causa-nos maior preocupação a parte que se encontra para aquém da Serra do Cume que está sujeita a rotura devido ao natural envelhecimento porque o *pipeline* foi instalado nos anos 50

e pode eventualmente ainda estar cheio de combustível. A prudência aconselha a que seja removido pelo menos até à zona das Lajes, o que deveria ter sido feito há 4 anos.

Tive a oportunidade de comunicar pessoalmente esta preocupação aos representantes diplomáticos dos Estados Unidos em encontro que tive com eles, reiterei a mesma preocupação também junto do Governo Regional e esperemos que os ditos *pipelines* sejam removidos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 25 de setembro a 26 de novembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – No período decorrido desde a última sessão da Assembleia até agora, a atividade municipal manteve-se dentro da sua normalidade.

Temos algumas notícias boas e outras menos boas referentes às obras municipais. Finalmente, e com a necessária substituição do empreiteiro, a obra da Ladeira Branca entrou na sua execução plena, decorre com toda a normalidade e espera-se a sua conclusão nas próximas semanas.

Quanto às notícias menos boas, surgiu um problema complexo na obra do Pavilhão do Posto Santo, com a estrutura metálica que lá está a ser instalada. A matéria está a ser analisada pela fiscalização e pelo projetista; estamos à espera de uma solução adequada mas a situação é preocupante e poderá implicar a substituição total ou parcial de alguns elementos metálicos. Esta situação preocupa a Câmara e, infelizmente, vai redundar necessariamente num atraso da obra que deveria acabar em março.

Ontem tive a oportunidade de visitar a obra do Porto Judeu, que foi motivo de notícias nos últimos tempos, do meu ponto de vista, um pouco injustas, porque o empreiteiro teve alguns problemas. Houve um atraso de sensivelmente duas semanas, nada de notável numa obra daquela dimensão, que, por ora, não apresenta sinais preocupantes e decorre com razoável normalidade.

A obra da escola de Santa Bárbara também decorre com normalidade e até agora não há nada fora do normal a assinalar.

Temos mais boas notícias. O Governo Regional aprovou mais um pacote de estradas e já recebemos a notificação de financiamento, o que quer dizer que, finalmente vamos conseguir executar e já ultrapassámos o nosso *plafond* do comprometimento de fundos comunitários. A Câmara aproveitou os fundos disponíveis neste quadro até ao último cêntimo e o nosso município ficou bastante favorecido.

Resta-nos uma preocupação relacionada com o terceiro pacote de estradas que ainda não está financiado e não perdemos a esperança de que isso aconteça pois existe financiamento para cerca de 75% das estradas que tínhamos para fazer. Já pedimos às juntas de freguesia que nos indicassem as canadas a intervencionar, não temos garantias de que o possamos fazer mas temos os fundos necessários para tal.

A escola de Santa Bárbara não está a ser cofinanciada porque não cabia no *plafond*; está a ser financiada integralmente por fundos municipais porque demos prioridade às estradas por não

serem ilegíveis no próximo quadro comunitário de apoio mas receberemos o dinheiro investido naquela escola que servirá para a execução do último pacote de estradas.

A Câmara tem-se dedicado à execução de um conjunto de obras importantes de pequena dimensão em todas as freguesias. Foram feitas algumas centenas de obras, umas diretamente pela Câmara, outras em colaboração com as juntas de freguesia e com entidades terceiras, resultando num efeito positivo do ponto de vista do património edificado, da qualidade de vida das pessoas e do emprego. Há muitas centenas de pessoas a trabalhar nestas pequenas obras um pouco por todo o concelho.

Continuando com a questão do emprego, houve a renovação por mais 6 meses dos contratos de ocupação dos trabalhadores que aqui estavam, em colaboração com o Governo Regional. A Câmara preparou um pacote para que possamos ter mais um conjunto de pessoas no programa ocupacional que será submetido ao Governo Regional logo que abram as candidaturas, o que se espera aconteça nos primeiros meses do próximo ano.

Aproveito para informar a Assembleia que os trabalhadores surpreenderam pela positiva. No início havia algum nervosismo porque algumas pessoas tinham situações sociais problemáticas mas a vastíssima maioria dos duzentos e tal que para cá vieram revelaram-se excelentes trabalhadores e a sua contribuição tem sido importante. Basta ver o trabalho que está aqui feito no *hall* de entrada em que uma boa parte da mão-de-obra foi executada por esses trabalhadores.

No que ao município de Angra diz respeito, o programa foi um sucesso. Temos vindo a dar a volta às freguesias do concelho onde tem sido distribuída uma boa parte desses trabalhadores e temos visto obras muito interessantes; creio que os senhores presidentes de junta concordarão e aproveito para lhes dar os parabéns pelo que tem sido feito nas freguesias, ocupando essas pessoas.

O nosso concelho está limpo e bem arranjado. A costa e as ribeiras estão limpas, os entulhos desapareceram e as paredes foram tapadas. Não tenho memória de uma situação ambiental tão favorável e isso deve-se a este programa ocupacional.

Uma outra questão importante que gostaria de trazer aqui tem a ver com as Sanjoaninas, cuja comissão de 2014 já apresentou o respetivo relatório que foi entregue aos senhores membros da Câmara e está disponível para quem o queira consultar. Não há nada a apontar e tudo decorreu dentro dos padrões orçamentais previstos. Aproveito para deixar o meu agradecimento à senhora presidente e aos membros da comissão cessante que fizeram um excelente trabalho e apresentaram contas muito favoráveis ao município.

Neste período, o senhor vice-presidente e eu e depois a senhora vereadora Raquel Ferreira, estabelecemos contactos com as cidades irmãs e com as comunidades emigradas, no sentido de termos nas próximas Sanjoaninas uma participação maior, quer das cidades irmãs, quer das comunidades de origem terceirense que vivem essencialmente na América do norte.

O acolhimento foi muito razoável, o tema das Sanjoaninas 2015 é precisamente centrado na emigração e na diáspora e esperamos trazer um número considerável de pessoas em representação dessas cidades.

Terminou-se o processo de geminação com a Golegã e iniciou-se a geminação com a cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, com a qual Angra teve um contacto íntimo nos tempos da ocupação espanhola porque era o outro ponto de partida das frotas que por aqui passaram.

O senhor embaixador da Colômbia visitou a Câmara e ofereceu-se para intermediar essa relação; o presidente da câmara de Cartagena já oficiou aceitando a geminação e, neste momento, estão a ser preparados os documentos para que ela seja aceite.

A cidade de Cartagena tem uma génese muito semelhante à nossa e uma fortaleza muito parecida com o nosso castelo que é do mesmo arquiteto. Creio que será uma geminação prestigiosa para ambos os lados que está já conseguida, faltando apenas as questões de natureza formal para que fique devidamente consignada.

Do ponto de vista financeiro, a autarquia mantém a situação de equilíbrio, o que nos distingue da maior parte das autarquias do país. Terminaremos o ano sem a necessidade de recorrer ao empréstimo que estava autorizado, utilizando fundos próprios, o que implica uma redução muito substancial do nosso endividamento, já que a redução de pagamento de juros tem um efeito orçamental importante e permite mudar a contribuição para o fundo de apoio municipal sem penalizar outras áreas. Não temos muito dinheiro mas também não temos grandes dívidas, o que nos coloca numa situação favorável.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Para que toda a gente perceba porquê e em que moldes a oposição tratou do assunto das empreitadas, para além da falta de esclarecimentos desta vereação acerca das questões que foram colocadas a devido tempo, pergunto se o senhor presidente da Câmara conhece uma troca de *e-mails* entre a anterior presidente da Câmara e o administrador de insolvência da empresa em questão e os comentários do doutor Carlos Farinha, o advogado que colabora com a Câmara Municipal.

Esta documentação não é confidencial e foi enviada aos vereadores da Câmara quando estes assuntos foram discutidos. A presidente da Câmara de então entrou em contacto com o administrador de insolvência, dizendo-lhe: *«Quando foi deliberado resolver o contrato com a CMN, entrei em contacto consigo no sentido de solicitar, caso concordassem, que se manifestassem de imediato concordantes com a deliberação de Câmara, de forma a permitir resolver esta situação mais cedo. Não se tratava de uma questão de multas porque não havia da minha parte intenção de as aplicar.»*

O administrador de insolvência responde: *«O empreiteiro está disponível para poder aceitar a rescisão do contrato de empreitada em referência nos termos propostos se, efetivamente, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, tal como intenção manifestada anteriormente por V. Exa., decidir não aplicar quaisquer sanções ao empreiteiro e proceder imediatamente à libertação integral das cauções prestadas no decurso da referida obra.»*

A propósito desta troca de *e-mails*, o doutor Carlos Farinha, em contacto com o departamento jurídico da Câmara, disse: *«Com o devido respeito, que se deixe de dar a confiança que se está a dar ao empreiteiro com os contactos diretos, pois poderão comprometer uma posição de força que venha a ser tomada pela autarquia. Ninguém nos diz que ele não irá usar esse e-mail futuramente. Não está na mão do empreiteiro condicionar a decisão da Câmara Municipal quanto ao que quer fazer a seguir, nem, muito menos, quanto à libertação ou não das garantias.»*

Tendo em conta a gravidade desta troca de correspondência e aquilo que entendemos em divido tempo ser a ausência de respostas claras tal como as que hoje foram proferidas por parte do executivo camarário, a oposição agiu como agiu e muito bem.

Pretendo colocar também algumas questões relacionadas com a contaminação de aquíferos, aqui levantada pelo senhor deputado Félix Rodrigues. Tenho um recorte do jornal Diário Insular do dia 6 de novembro de 2014 em que o senhor presidente fala da questão dos *pipelines* e percebo que tenha muita informação acerca desta matéria pois era secretário regional do ambiente na altura em que este processo se iniciou, chegaram os relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e foi definida a atuação do governo nesta matéria.

A minha dúvida é mais preocupante do que os *pipelines*. Relembro que o maior tanque de combustíveis que existia na ilha Terceira, o primeiro a ser desmantelado, situava-se no Cabrito nos terrenos das traseiras do atual clube desportivo de tiro da ilha Terceira e muito

próximo de um parque industrial que ainda lá está com uma pedreira e uma empresa de construção civil e também da fumaça de água onde se faz captação da água para consumo do concelho de Angra do Heroísmo.

Não tendo conhecimento de relatos da contaminação daqueles solos ou de estudos que tivessem sido feitos ali, quer nos solos, quer naquela captação de água, pergunto ao senhor presidente se, na qualidade de presidente da Câmara ou na qualidade de ex-secretário regional, tem alguma informação acerca de algum estudo que tenha sido realizado naqueles solos e naquelas águas e que nos possa garantir que não existe nenhum problema com a água de consumo no concelho de Angra.

Peço-lhe que não fale apenas nas análises obrigatórias por lei, porque a lei portuguesa, infelizmente, não está preparada para contaminações de hidrocarbonetos. A lei mais abrangente de países mais preparados para tal, nomeadamente a do Canadá, é aquela que prevê as análises do *Vanádio* que é, como o senhor presidente sabe, um elemento traçador de contaminação por hidrocarbonetos.

O presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória refere no mesmo artigo de jornal que a questão da contaminação não diz respeito apenas àquele concelho tendo em conta que, grande parte da água que abastece o concelho de Angra está a cerca de 200 metros da zona contaminada, o que nos deixa preocupados.

Percebo que, em devido tempo, possa ter havido alguma omissão ou falha no trabalho realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pelos americanos ou pela tutela regional.

Sabendo o que se sabe hoje acerca dos outros aquíferos, entendo ser da máxima importância testar aqueles solos e aquelas águas porque aquele era o tanque maior, foi desmantelada a parte metálica mas permaneceu lá a sapata em betão e os *pipelines* e está em causa a água de consumo e a saúde pública.

Mudando de assunto e no que respeita a alguns problemas que têm surgido na Ribeira do Teste, nas vigas e cobertura do pavilhão do Posto Santo e na escola de Santa Bárbara, não lhe parece hábito o que deveria ser exceção, que são os problemas causados pelas empreitadas, senhor presidente? Começamos a pensar que os empreiteiros estão todos com dificuldades ou a Câmara terá que repensar a forma como elabora os seus cadernos de encargos e fiscaliza as suas obras.

A forma ligeira como o senhor presidente abordou a questão da Ribeira do Teste contrasta com as declarações do senhor presidente da junta de freguesia do Porto Judeu à comunicação social e com o incómodo manifestado pelos munícipes ali residentes.

Gostaria também de saber o que é preciso para que a Câmara resolva, sem minorizar a questão da construção de abrigos para autocarros na freguesia do Porto Judeu, algo que se resolve com 1 500 ou 2 000 euros, também ela tratada pela comunicação social, porque parece que só assim é que as coisas se resolvem.

Sr. presidente da Câmara: – As águas de consumo da área do Cabrito são captadas a um nível superior do dito reservatório, não havendo qualquer relação entre uma coisa e a outra. O risco tem a ver com um aquífero que está um pouco mais profundo e está a ser captado por um conjunto de furos situados na zona do paul, utilizados para abastecimento à agricultura. Esses furos não estão ligados à rede de Angra e até hoje ninguém demonstrou que haja qualquer contaminação. Não tenho esses relatórios porque, que eu saiba, não se encontram na Câmara municipal.

No que respeita aos *pipelines*, o que a Câmara terá que fazer é continuar a insistir junto de quem de direito para que se proceda à sua remoção integral. Um derrame a partir de um

pipeline não é algo tão gigantesco ou grave quanto isso porque não se encontra sob pressão, terá sido drenado, eventualmente terá algum resto de combustível no seu interior mas ninguém o pode afirmar. Não vale a pena transformar isto em algo assustador porque não o é.

Quanto à Ribeira do Testo, de facto os incómodos existem há demasiado tempo porque a estrada estava destruída e a obra não arrancou na altura devida. Pouco vos posso argumentar sobre o assunto a não ser que, quando tomou posse, esta Câmara arrancou com a obra porque a considerou prioritária e está a decorrer com razoável normalidade.

Neste momento, praticamente todas as entidades públicas ou privadas que tenham empreitadas, estão a sentir dificuldades que se prendem essencialmente com a falta de capacidade financeira. As obras a cargo da Tecnovia, que possui essa capacidade financeira e está sujeita ao mesmo caderno de encargos, estão a decorrer sem quaisquer problemas.

Temos um conjunto de pequenos empreiteiros regionais que devem continuar a viver sem serem perseguidos, como decerto concordarão todas as forças políticas aqui representadas, mas não os podemos favorecer para além do que diz a lei e a verdade é que estão a atravessar tempos muito difíceis que levam à falta de capacidade financeira que depois se traduz em atrasos nas obras.

As obras que temos neste momento a cargo de dois empreiteiros sem dificuldades financeiras a trabalharem para a Câmara estão a decorrer magnificamente; basta ver a intervenção na Terra Chã que foi cumprida à hora sem qualquer reparo a fazer.

Creio que devemos ter o realismo necessário para sermos capazes de conviver e lidar com isto com a necessária flexibilidade e tolerância evitando, naturalmente, quaisquer abusos em que tenhamos que resolver as coisas à semelhança do que aconteceu na Ladeira Branca. Não queremos contribuir para a criação de desemprego mas também não temos qualquer interesse em deixar protelar situações.

Em relação aos abrigos dos autocarros, soube do problema pela televisão e alguém já tinha falado com o senhor vice-presidente sobre o assunto que me parece menor. Em vez de falarem com a televisão poderiam ter falado comigo e da próxima, telefonem-me ou mandem-me um recado. Vai-se resolver o assunto logo que possível; acho que vão comprar uns abrigos e colocá-los lá.

Sr. d. m. João Tavares: – Bom dia Exma. Mesa, Exma. Câmara, senhores deputados municipais. O senhor presidente da Câmara já esclareceu algumas situações mas é impressionante como as pessoas não se dirigem aos órgãos locais da freguesia para falarem sobre estes assuntos, preferindo ir diretamente à televisão para *show of* e ficar bem vistos.

Penso que nem havia a necessidade de se gastar dinheiro com os abrigos de passageiros do Refugo, bastando alterar o percurso dos autocarros. A Câmara já se comprometeu e mandou para o Porto Judeu um abrigo que existia nos armazéns mas a questão não fica resolvida porque as crianças têm que se deslocar debaixo de chuva desde os abrigos até às suas moradias.

Eu já tinha dito que o autocarro passava apenas pelo Caminho da Vila e deveria passar pelo Refugo. Ora, a EVT, muito discretamente, passou na rua intermédia mais abaixo pelo Pedro Francisco mas devia passar pelo Refugo, servindo melhor os habitantes daquela zona sem qualquer investimento porque existem ali bastantes abrigos construídos em cimento.

A junta vai insistir com a escola e com a EVT porque os autocarros devem circular pela zona habitacional e não pela zona de Pedro Francisco que tem poucas habitações. A escola está a pagar pelo transporte dos alunos e tem que insistir com a EVT para que os recolha e deixe no lugar adequado.

Em vez de irem para a televisão, os pais poderiam ter falado diretamente comigo na junta de freguesia. Se calhar, ficavam mais beneficiados e os filhos não precisavam de apanhar chuva; é esse o trabalho que a junta vai fazer para que o autocarro recolha as crianças junto das suas moradias.

Quanto à questão da Ribeira do Testo, acho que a televisão se enganou no nome da ribeira porque o Porto Judeu só tem duas: a Grota do Tapete e a Ribeira do Testo cuja obra está concluída com o excelente desempenho da Câmara e da Tecnovia; apenas se manifestaram a respeito da chamada Grota do Tapete onde foi feita a bacia de retenção a montante por parte da Secretaria do Ambiente.

Como foi dito há pouco, os órgãos de comunicação social só noticiam o que lhes interessa porque eu também disse na reportagem que a junta de freguesia informa a Câmara que, prontamente, vai ao terreno resolver as situações e isso não foi mostrado na peça.

A Câmara tem-se empenhado ao máximo em resolver estas situações. Quando a obra parou, comuniquei de imediato ao senhor presidente da Câmara e a questão ficou resolvida no dia seguinte. É importante que a Assembleia Municipal seja esclarecida de que eu disse isso à televisão mas a informação não passou para o povo, o que é lamentável. Os jornalistas põem cá fora o que lhes interessa e não vão ao fundo da questão.

As pessoas utilizam os meios de comunicação para resolverem os seus problemas. Nem eu nem o senhor presidente da Câmara sabíamos da questão dos abrigos do Porto Judeu e não foi contactada nenhuma instância do poder local para que a situação fosse resolvida; telefonam para a televisão que não deve ter muito que fazer e vai em busca destas informações apenas para *show of*.

Sr. presidente da Câmara: – Quando vi a notícia na televisão pedi que colocassem lá um abrigo; se é melhor que o autocarro siga outro percurso, juntar-nos-emos à junta de freguesia para que assim seja.

No que respeita à Ribeira do Testo, há uma parte da obra que não é da responsabilidade da Câmara, ainda não está feita e incomoda muita gente. Quanto à Grota do Tapete, se eu morasse num caminho daqueles também não estaria satisfeito e compreendo as queixas das pessoas.

Se é verdade que a obra da Ribeira do Testo era da responsabilidade da Tecnovia, que não tinha dificuldades financeiras e terminou a obra no dia previsto, o mesmo não se pode dizer a respeito da outra cujo empreiteiro é a Marques SA que tem passado por algumas dificuldades; houve alguns desentendimentos e a obra não tem decorrido como deveria.

Ontem descí aquele caminho a pé com o senhor vice-presidente, falámos com quem devíamos, analisámos todos os casos e a verdade é que quem lá vive tem razões para não estar satisfeito. Já passou imenso tempo, gostaríamos de ver a obra terminada até ao Natal mas, aparentemente, isso só acontecerá até ao fim de janeiro.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Na última reunião da Assembleia, pedi que me fossem facultados os dados da intervenção realizada até agora na redução da iluminação pública e ainda não me foram fornecidos passados 3 meses, talvez por esquecimento ou simplesmente por não existirem. Para que conste em ata, volto a pedi-los e continuo a aguardar.

Tenho também algumas observações a fazer a respeito da recente reunião do Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente com o facto de os representantes da oposição na Assembleia Municipal terem sido convocados às 10 horas da noite do dia anterior à dita reunião com o envio de documentação parcial.

Lemos o que foi possível da documentação enviada, fomos à reunião de boa-fé mas considero uma falta de respeito para com esta Assembleia. Espero ter-se tratado apenas de amorosismo e não de má-fé, apesar de me ser difícil entender a situação visto que este executivo está em funções há mais de um ano.

Os 5 tópicos apresentados para discussão eram a análise à política municipal da juventude, o parecer sobre as linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, o parecer sobre a proposta municipal no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com esta conexas e o parecer no âmbito do orçamento participativo municipal aberto, entre outros assuntos.

Durante a reunião deparámo-nos com a situação em que o senhor presidente informa da concessão de um intervalo de 15 minutos para os jovens presentes apresentarem propostas para o orçamento participativo, um tema que não estava no âmbito da agenda de trabalhos, pelo menos da que eu recebi, a não ser que houvesse uma agenda paralela.

Aquilo foi lamentável. A determinada altura, pôs-se a questão da interrupção dos trabalhos para que toda a gente tivesse a mesma oportunidade de preparar e apresentar propostas. Eu esperava que fossem definidos os moldes em que as mesmas seriam analisadas mas reparámos que meia dúzia de pequenos as apresentaram já datilografadas e preparadas, o que significa que tinham sido previamente avisados.

Dez entre doze pessoas votaram a favor da interrupção dos trabalhos, eu achei que só os jovens é que deveriam votar, o representante do CDS-PP também não votou e se tivessem votado apenas os jovens presentes, os trabalhos teriam sido interrompidos para que toda a gente tivesse a oportunidade de apresentar propostas em pé de igualdade.

Percebeu-se que havia aqui representantes de jovens de primeira e outros de segunda; os que estavam mais próximos trouxeram as suas propostas elaboradas e alguns representantes das freguesias, nomeadamente do PS, não tiveram a oportunidade de as apresentar porque não foram informados de que o poderiam fazer. Desculpem-me a analogia mas parece que há uns do PS de primeira e outros de segunda, ou seja, uns de cor-de-rosa claro, outros de um cor-de-rosa mais escuro.

Lamento que o senhor presidente se tenha dado a este papel e não foi nenhum vereador que ficou mal nisto. Os jovens saíram daqui chateados com o presidente da Câmara porque o Conselho Municipal da Juventude deve servir para os engrandecer e facilitar a participação de todos e não apenas de alguns.

Sr. presidente da Mesa: – A culpa da convocatória tardia foi minha porque, a devido tempo, o senhor presidente da Câmara enviou um ofício para a Assembleia. Como se tratava da indicação de dois tipos de elementos por parte da Assembleia Municipal, os que vamos eleger hoje e os que seriam indicados pelos grupos municipais, na altura julguei que tivéssemos que esperar pela próxima sessão mas o senhor presidente, e bem, entendeu que antes deveria ser realizada uma reunião do Conselho Municipal da Juventude. No entanto, garanto-vos que a convocatória de última hora foi para toda a gente e peço desculpas por a minha interpretação não ter sido a mais correta.

Sr. presidente da Câmara: – O meu entendimento em relação à convocatória foi o mesmo que o do senhor presidente da Assembleia. Julguei que todos os elementos, quer os representantes dos partidos, quer os representantes da Assembleia Municipal, apenas poderiam ser nomeados depois da realização desta reunião.

Como teríamos que obter um parecer prévio desta Assembleia que vai tratar da aprovação do orçamento municipal, informei o senhor presidente que reuniríamos sem os seus representantes. Entretanto, alguém teve um entendimento contrário, dizendo que os

representantes da Assembleia nomeados pelos partidos poderiam ser nomeados de imediato antes da sua sessão. Tudo isto levou à convocação tardia dos representantes dos partidos já que os representantes da Assembleia não foram convocados e cuja designação consta da nossa ordem de trabalhos de hoje.

Apresento também as minhas desculpas pelo sucedido mas eu e o senhor presidente da Assembleia entendíamos que nesta primeira sessão do Conselho Municipal da Juventude não haveria participação de nenhum dos representantes da Assembleia.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente e executivo camarário, senhores deputados municipais.

Já está praticamente tudo dito em relação à convocatória para a reunião do Conselho Municipal da Juventude mas acrescento que se tratou de uma interpretação errónea do novo regulamento que resultou do facto de, no anterior regulamento do CMJ, estes representantes da Assembleia serem todos aqui eleitos.

Houve uma alteração em função do decreto legislativo regional que enquadra todo o funcionamento do CMJ e prevê a representação da Assembleia através de 3 dos seus membros mais um representante de cada um dos partidos nela representados. A alteração desta redação provocou confusão nos serviços da Câmara e eu assumo a culpa enquanto vereador responsável pela coordenação destes serviços.

Após um contacto do Alonso Miguel fiz questão de corrigir a situação. Entrei em contacto com os líderes dos grupos municipais pedindo-lhes que indicassem os respetivos representantes e enviando-lhes as convocatórias após a hora de expediente e tiveram a oportunidade de tomar conhecimento da ordem de trabalhos e de ler o regulamento; se não o fizeram poderá ter sido por amorismo ou outra razão qualquer e devem assumir a responsabilidade caso não estejam devidamente informados.

O regulamento prevê que o orçamento participativo municipal tenha o seu enquadramento aplicado no Conselho Municipal da Juventude; quem não teve o cuidado de o ler e ver a convocatória, obviamente não sabia que isso iria ser discutido e votado.

Os partidos tinham as respetivas juventudes lá representadas que podiam também apresentar propostas; se não o fizeram foi porque assim não entenderam visto que tomaram conhecimento ao mesmo tempo que todos os outros e cada um deve assumir as suas responsabilidades. As propostas foram votadas por todo o conselho e a aprovação resultou da votação de todos os representantes que lá se encontravam.

O Conselho Municipal da Juventude funcionou, a sua reativação correu bastante bem e o orçamento retificativo veio valorizar o seu papel. Os representantes das várias associações de jovens deste conselho e das várias entidades representativas da juventude tiveram a oportunidade de apresentar propostas e votar o que pretendem ver realizado em 2015.

Mais uma vez peço desculpa pela má interpretação feita ao novo regulamento mas a verdade é que não posso admitir que se diga que não se teve acesso a toda a informação necessária para a apresentação de propostas e tomada de conhecimento do que ia ser discutido.

Sr. presidente da Câmara: – Peço desculpa por não ter respondido à questão a respeito da iluminação pública colocada pelo senhor deputado Francisco Câmara. Esses elementos foram reunidos e trazidos à Câmara Municipal, acabei por entregar a um dos senhores vereadores e esqueci-me de enviar ao senhor deputado municipal mas a senhora vereadora Raquel Ferreira foi ali fora ver se os consegue reunir para que lhe sejam entregues de imediato.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Acho que devemos evitar este discurso da culpabilização por sermos geradores de desemprego, porque quem gere dinheiros públicos deve certificar-se que eles são aplicados da melhor forma.

Da mesma maneira que vão à falência várias famílias por cada empresa que fecha por prestar um mau serviço, existem outras tantas dependentes de outras tantas empresas que, em igualdade de circunstâncias, não puderam sequer aceder a um concurso. Este exercício de culpabilização condiciona-nos e impede-nos de dar o melhor contributo.

É proposto um determinado orçamento para cumprir um caderno de encargos; se a empresa for mal gerida, não consegue cumprir e o proprietário da obra não pode arcar com o complexo de colocar as famílias no desemprego porque essa obra vai ser feita por outra empresa, da qual dependem outras famílias. O Governo Regional deve ter uma via açoriana para resolver o problema das obras públicas na região que começou com a carta das obras públicas e há de apresentar soluções.

Acho que o senhor deputado João Tavares fez bem em defender a sua freguesia, enquanto presidente de junta, mas fica-lhe mal vir agora para aqui tentar emendar a mão querendo o melhor dos dois mundos e tentar explicar que afinal não disse isto ou não fez aquilo.

O senhor disse o que tinha a dizer e fez muito bem porque estava a defender a sua freguesia, mas não precisa de vir para aqui dizer que o CDS-PP é que mandou lá a televisão! Gostava eu de ter o poder de mandar a comunicação social fazer trabalhos aqui ou acolá mas ainda não tenho esse estatuto. A televisão decidiu fazer a cobertura que fez e o senhor disse o que tinha a dizer mas fica-lhe mal vir para aqui tentar emendar a mão.

Sra. d. m. Isabel Barbereia: – Pedi a palavra na sequência da intervenção do doutor Luís Rendeiro porque tinha percebido que o seu grupo municipal se sentia esclarecido; se assim é, porque é que devemos estar constantemente com reincidências, voltando ao mesmo em relação a processos que estavam claros?

Esperando que não voltemos a falar do passado e sobre os mesmos aspetos, de referir que nos desagrada a forma como são apresentados alguns temas e principalmente como as pessoas são tratadas num sistema democrático.

Aplaudimos a liberdade de expressão e de comunicação e achamos que nos devemos valer delas em benefício do interesse público, mas tudo deve ser feito em nome da verdade sem insinuações ou difamações porque não fica bem à casa democrática nem ao papel de deputados que aqui defendemos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados, bom dia a todos.

Senhor vereador Guido Teles, com o respeito e consideração que me merece, de branqueamento estamos todos fartos de ouvir falar. Acho que não vale a pena tentar branquear a forma estranha, para não dizer outra coisa, como decorreu a reunião do Conselho Municipal da Juventude.

Para além de todos os erros e desculpas sobre o procedimento logístico de convocação, que nós aceitamos, a reunião começou de forma fantástica porque havia em cima de cada mesa uma espécie de catecismo para os jovens, que nada mais era do que o manifesto eleitoral do Partido Socialista; aquele jornal de 10 páginas estava distribuído a todos para que tivessem a oportunidade de se catequizarem sobre o que vinham cá fazer.

Íamos debater um orçamento participativo da área da juventude e ninguém sabia qual era a verba adstrita para tal. A páginas tantas, alguém perguntou e lá se disse que tinha havido uma deliberação de 5% numa qualquer reunião de Câmara.

Desde que todos começámos a ouvir falar do catecismo que estava em cima da mesa até ao intervalo para o orçamento participativo, foram várias as referências que o senhor presidente do Conselho Municipal da Juventude e presidente da Câmara fez aos vários intervenientes na reunião relativamente a um conjunto de propostas que haveriam de ser faladas mais à frente e rapidamente se percebeu quem tinha propostas pré-negociadas com a Câmara Municipal para apresentar em sede de orçamento participativo.

Eram várias as páginas com propostas que eu tinha para apresentar, senhor vereador Guido Teles, mas não o fiz e fui-me embora no intervalo porque estava a ser demasiado para continuar a participar daquela farsa. Com o devido respeito pelos jovens que cá estavam, é um facto que aquilo vinha negociado e nem eu nem as outras pessoas que se manifestaram *a posteriori* estávamos cá a fazer nada, porque não tínhamos documentos e não sabíamos de nada.

Com o respeito que lhe tenho, senhor vereador Guido Teles, não vale a pena branquear mais porque o processo foi mal conduzido. Da próxima vez, ao menos não se denunciem a vós próprios, dizendo que mais à frente se haveria de falar sobre essas propostas; mais vale fazermos de conta até ao fim e ficamos todos mais satisfeitos.

Mudando de assunto, ainda hoje não se falou de uma questão que me é muito cara. Reparo que o último encerramento de trânsito da Praça Velha fez com que desaparecessem, de uma forma interessante e sorrateira, os sinais de trânsito que estavam colocados nas extremidades da praça.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se este desaparecimento significa que a partir da época festiva do Natal nunca mais a praça abrirá ao trânsito e se isso já resulta de algum desses vários estudos de que se tem falado relativamente ao ordenamento do trânsito em Angra do Heroísmo.

Há também aparentemente uma mudança de paradigma na gestão municipal das Sanjoaninas e eu gostaria que a Câmara explicasse em traços gerais quais as principais alterações na organização das maiores festas profanas dos Açores.

Porque consta do tal manifesto eleitoral de muitas páginas, gostaria também de conhecer a posição da Câmara e do Partido Socialista em Angra relativamente às novas obrigações de serviço público do transporte aéreo entre os Açores e o continente, que liberalizaram a rota da ilha Terceira, o que pode fazer com que os terceirenses se arrisquem a ficar sem aviões durante a maior parte do ano ou a terem que os apanhar noutros sítios, porque vão perder as ligações diretas que existem atualmente ao abrigo das obrigações do serviço público.

Gostaria de conhecer a opinião do Partido Socialista sobre este modelo que foi anunciado e parece mais caro a um partido da oposição do que ao partido do Governo.

Finalmente, um comentário que me parece interessante. A nível regional temos um secretário a quem parece que os doentes incomodam, porque o Serviço Regional de Saúde tem listas de espera e dá prejuízo porque há doentes; que chatice!

Conhecemos também o problema que o senhor deputado João Santos tem com os automobilistas mais aselhas que são 99% dos que se cruzam com ele na estrada. Portanto, o senhor deputado João Santos não gosta de automobilistas e o senhor deputado João Tavares, presidente da junta de freguesia do Porto Judeu, não gosta de jornalistas.

Com a devida graça, começo a ser tentado a concluir que o poder está a conferir ao Partido Socialista uma certa adversidade ao povo, o que me agrada enquanto membro de um partido da oposição, mas me preocupa porque, se o povo começa a ser um problema para vocês, começamos todos a ter problemas.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Para que não haja mal entendidos e se pense que há tratamentos diferentes em relação aos vários partidos, esclareço que também fui contactada apenas às 10 horas da noite para nomear um representante para o Conselho Municipal de Juventude.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Gostaria de me congratular com a geminação de Angra com a cidade de Cartagena, porque me parece uma medida interessante do ponto de vista histórico e cultural.

Peço um esclarecimento ao senhor presidente da Câmara relativamente aos *pipelines*, porque a resposta que me deu há pouco deixou-me preocupado, uma vez que o Governo anterior tinha dito que a solução mais adequada seria a drenagem dos combustíveis que estavam no seu interior e me pareceu que já fora feita a respetiva inertização.

Se é dito que os *pipelines* terão sido provavelmente drenados, quer dizer que não houve nenhum controlo da situação, não se percebe se houve fugas para as pastagens e a situação parece-me deveras preocupante porque não está contemplada no plano de descontaminação de hidrocarbonetos para a Praia da Vitória que deveria incluir também a remoção desses *pipelines* do Cabrito. Se o governo anterior assumiu o compromisso da inertização e a drenagem dos *pipelines*, não entendo porque tal não aconteceu.

Sr. presidente da Câmara: – Quanto aos sinais de trânsito, pensando que se refere aos da rotunda, foram substituídos por sinais de prioridade nos extremos da praça onde o esquema de trânsito é rigorosamente o mesmo; os sinais apenas migraram para as entradas respetivas e é escusado aquele sinal em cima do pavimento branco.

No que respeita às Sanjoaninas, existe uma diferença com alguma substância que tem a ver com a contratação de artistas. A comissão fazia essas contratações diretamente, pagando as respetivas despesas, o que causava alguns problemas contabilísticos e de gestão financeira e deliberou-se que se agenciaria através de uma empresa da especialidade.

Não se volta ao modelo antigo para se evitar problemas antigos mas é estabelecido um teto e o procedimento será por convite às diversas empresas, optando-se por aquela que apresentar melhores condições com preço fechado e chave na mão para não haver surpresas ou valores a surgir de outro lado qualquer.

As questões técnico-jurídicas levantadas têm sido muitas e complexas. Se não for possível chegar a bom porto com esse procedimento público nas próximas semanas, este ano teremos ainda que fazer os convites e abrir depois um concurso público num maior espaço de tempo porque os artistas querem preencher as suas agendas até ao Natal e o tempo não joga a nosso favor.

Quanto à liberalização de rotas, o assunto é mais político e creio que só os senhores membros do grupo municipal que desempenham funções de deputados no parlamento regional poderão falar sobre ele.

Respondendo agora à questão dos *pipelines*, tanto quanto sei, foi feita a injeção de areia e inertização mas não sei o que está na cabeça do *pipeline* porque não vi nem tenho qualquer relatório sobre isso.

Há 3 ou 4 anos, a remoção daquele *pipeline* fazia parte do plano de remoção de estruturas e não de descontaminação mas não conheço as medições porque tudo aconteceu depois de eu abandonar as funções que tinha na altura; vi que se procedeu à inertização por areia mas não sei o que aconteceu a seguir e espero que o plano de remoção esteja em execução. Não tenho mais informações mas vou tentar obtê-las.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Câmara: o tanque que foi removido e o *pipeline* que ainda lá se encontra não fazem parte do plano de descontaminação e parece-me que o senhor terá especiais responsabilidades nisso porque era o secretário regional do ambiente na altura do plano de descontaminação.

Tratando-se do maior tanque de todos, parece-me ter havido uma falha grave pelo facto de aquela zona não ter feito parte do plano de descontaminação. Como se resolvem os problemas olhando para a frente, vamos tentar obter junto do Governo Regional toda a documentação para aferirmos do estado da qualidade das águas.

Apesar das suas explicações, aliás bastante compreensíveis, da possível contaminação não afetar a fumaça da água, poderá haver contaminação na cadeia alimentar através do abastecimento de água à lavoura que afetará os derivados pecuários que nós consumimos.

A contaminação dos aquíferos na ilha Terceira é o maior problema passivo alimentar nos Açores. Temos o dever de não lançar pânico mas não podemos enfiar a cabeça na areia em vez de abordarmos as questões de forma frontal em nome da saúde pública e da segurança das populações.

Quanto à capacidade financeira das empresas que fazem as obras públicas no concelho de Angra, penso que o problema não se deve pôr, desde que essas obras vão sendo devidamente pagas pelo município à medida que vão sendo executadas.

A lei diz que não devem ser adjudicadas obras a empresas que não tenham condições financeiras para as poderem executar ou cujo equilíbrio financeiro não permita que as mesmas decorram com normalidade. Não me parece justo para as empresas que concorrem com preços mais altos mas com propostas mais sérias e se veem excluídas dos concursos em favor de empresas sem capacidade para executarem as obras a que se candidatam.

A respeito do que foi aqui dito acerca da comunicação social, senhor presidente da junta do Porto Judeu, pois as oposições às vezes também não gostam da maneira como a comunicação social trata alguns assuntos e desta vez calhou-lhe a si. Como presidente da junta, ficou-lhe bem o que saiu na comunicação social e é pena que a mesma não esteja aqui hoje o que é já uma reincidência nas nossas sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente por parte da televisão que nunca vem.

Fica-lhe mal acusar o povo de *show of* e de se pronunciar porque é o mesmo povo que votou em si para presidente da junta. Em democracia não podemos dizer que o povo é bom quando vota em nós e que é menos bom quando nos critica. A bem da credibilidade das instituições que todos representamos, devemos ter alguma capacidade de encaixe e perceber que, criticar a comunicação social e o povo, não é a melhor forma de resolver os problemas.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Senhor vereador Guido Teles, a oposição leu os documentos que o senhor enviou e em lado algum é referido que naquele dia se receberiam propostas para a atribuição de verbas do orçamento participativo. Li todos os documentos e desafio-o a provar onde é referido que os jovens deveriam trazer propostas para apresentar. Percebo e aceito as suas desculpas mas lamento que assim seja.

Descanse que passou entre os pingos da chuva mas quem ficou mal visto foi o presidente da Câmara. Os jovens tentaram inclusive interromper a reunião, saíram daqui irritados e, se apenas eles tivessem votado, a reunião teria sido interrompida.

Infelizmente o que se passou foi uma farsa, porque deveria ter sido dada a toda a gente a oportunidade de apresentar propostas. O senhor vinha com aquilo tudo cozinhadinho, disse a quem quis e é lamentável que a maior parte dos jovens das freguesias não tenha tido a oportunidade de as apresentar.

Percebe-se que tenha havido um lapso, um atraso ou um esquecimento, mas é inaceitável que se venha para aqui com as coisas combinadas apenas com alguns do vosso partido, os tais eleitos porque há os rosas claros e os rosas escuros.

Há uma parte deste orçamento participativo que me preocupa. Ingenuamente pensei que se vinha aqui definir os moldes de atribuição desse dinheiro e afinal vota-se e dá-se o dinheiro dessa maneira. Se calhar os senhores presidentes de junta terão mais dificuldades em pedir cinco mil euros para uns fanecos quaisquer.

Sr. presidente da Câmara: – Somos magnânimos. Eles que apareçam e peçam.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Pois são, senhor presidente; são magnânimos. Desafio o senhor vereador Guido Teles para que diga perante esta Assembleia onde nos documentos se refere que naquele dia haveria entrega e discussão de propostas.

Sr. d. m. João Tavares: – Quanto à preocupação dos meus colegas deputados municipais, pela forma como falei à televisão, digo-lhes que sempre defendi o Porto Judeu acima de tudo, também noutras legislaturas, independentemente das cores políticas porque é essa a minha forma de agir. Não estou contra a comunicação social nem contra os jornalistas; apenas defendi as pessoas na altura certa e estou solidário com os moradores da zona da Grota do Tapete.

A peça que passou não mencionou o que eu disse a respeito da Câmara, a junta de freguesia não é a dona daquela obra e tem estado do lado dos moradores cuja segurança por vezes tem sido posta em causa; disse isso ao empreiteiro e chamei a Câmara que foi lá acima e exigiu que ele garantisse às pessoas o acesso às suas casas em segurança.

Como a Câmara não pode acompanhar as obras a par e passo, vão surgindo alterações indevidas àquilo que é exigido. Apenas quis esclarecer que as pessoas têm razões para se sentirem desagradadas, porque a obra tem sofrido atrasos no desaterro e na pedra da ribeira.

Eu disse e volto a referir que estou solidário com as pessoas. O encarregado disse que ninguém se manifestava e que eu era o único que ia para ali mostrar-me desagradado com a obra, tendo-lhe respondido que era eu quem recebia as queixas na junta de freguesia e estava ali para defender o povo.

O *show of* foi feito na questão dos abrigos, porque a manifestação do povo não chegou à Câmara nem à junta. Não condeno a comunicação social por ter feito o seu trabalho, mas tenho a junta de freguesia aberta diariamente e ninguém lá foi queixar-se.

Pedi à escola que alterasse o percurso para o Refugio e eles foram pela rua Pedro Francisco, mas eu não estava a par da situação, porque não posso acompanhar em pormenor tudo o que se passa na freguesia e a colaboração das pessoas é muito importante.

Quanto aos concursos públicos e às empreitadas das obras, as empresas concorrem em pé de igualdade, adjudica-se a obra, há um prazo para a empresa apresentar as garantias bancárias e tudo o que é financeiramente necessário para executar a obra, mas ninguém pode julgar o futuro da empresa e nem tudo decorre como a gente quer.

Terminadas as intervenções, o Documento de Informação da Atividade Camarária constante do Ponto 1.1 foi considerado apreciado.

1.2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano 2015, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de 17 847 866,00 €. O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2015, bem como as normas sobre a execução orçamental para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este documento assume a situação que atualmente se vive; é marcado pelo fim de um quadro comunitário e pelo facto de, até ao dia de hoje, ainda não terem sido oficialmente aprovados os documentos orientadores do próximo quadro.

Por razões de prudência, este ano a autarquia terá um orçamento sem novos fundos comunitários inscritos, apresentando apenas os que já lhe estão atribuídos no contexto do quadro comunitário cessante e por isso há uma nítida redução nas verbas disponíveis.

A Câmara Municipal no ano de 2014 tinha um orçamento de 22 707 000,00 € e no próximo ano, sem os novos fundos comunitários, uma matéria que será eventualmente corrigida a devido tempo quando os fundos estiverem disponíveis, passa para 17 847 000,00 €. Pela mesma razão, os Serviços Municipalizados passam de 8 000 000,00 € para 6 000 000,00 €. O grupo municipal passa de 30,6 para 23,8 milhões de euros.

Esta redução extremamente sensível nos fundos disponíveis tem duas consequências; uma delas é a óbvia subdotação de um conjunto de obras e iniciativas e nos fundos comunitários predominarão os investimentos imateriais que têm a ver com o fomento da economia.

Temos um conjunto de ações cujo subfinanciamento apenas ocorrerá quando for aprovado o quadro comunitário e estima-se que na próxima reunião desta Assembleia Municipal seja apresentada uma correção orçamental em que se coloquem as verbas que vierem a ser disponibilizadas.

No que respeita às questões mais fundamentais do equilíbrio do orçamento, estamos a assumir a continuidade das receitas com poucas alterações, mantendo também as despesas fixas. Se tal se mostrar necessário, temos a possibilidade de recorrer ao empréstimo de 1,2 milhões de euros que não foi necessário em 2014 e ficará como uma espécie de reserva estratégica, porque se encontra visado, cuja contratação se mantém válida até 31 de dezembro de 2015.

Temos uma previsão de despesas de capital na ordem dos 7,1 milhões de euros e de despesas correntes na ordem dos 10,7 milhões. Esta repartição de despesa permite-nos manter o mesmo grau de financiamento às juntas de freguesia e o mesmo nível de apoio às instituições sem fins lucrativos, no que respeita às pequenas obras de manutenção e ao pequeno investimento, com o objetivo de reconhecer o mérito do investimento feito neste ano e manter o nível de emprego, já que estas pequenas obras estão a empregar muita gente no concelho.

Já decorreu o respetivo período de candidatura no passado mês de outubro e foi feita uma pré análise às candidaturas que serão aprovadas a tempo de ser comunicado às juntas de freguesia e às diversas instituições o respetivo resultado no mês de janeiro, permitindo resolver um dos problemas mais sentidos este ano que foi a disponibilização do dinheiro apenas a partir de maio/junho, deixando as entidades apenas com 6 meses para executarem as suas intervenções, enquanto em 2015 terão cerca de 11 meses para a respetiva execução.

As alterações são poucas no que toca à receita e prendem-se com uns pequenos ajustes nas isenções do IMI que acabam por não apresentar um resultado muito significativo estimado em cerca de 200 mil euros de variação.

Estamos a estimar a manutenção do pessoal, o principal agregado da despesa. Em 2014 a Câmara cumpriu a meta fixada com a redução de 2% dos trabalhadores, o que permitiu resolver a situação de um posto de trabalho nas piscinas municipais sem violar o limite estabelecido no orçamento de Estado que coloca a freguesia numa situação completamente diferente para a nossa autarquia porque estamos em situação de desequilíbrio financeiro e quem se encontra nessa situação terá 3% de redução. No nosso caso, a despesa com pessoal não pode ultrapassar os 35% da despesa corrente e não pode ser utilizado mais de 1/5 da diferença entre o valor deste ano e esse valor.

A estimativa deste ano é que estamos nos 32%, ou seja, em 2015 não teremos grande liberdade de contratar ninguém porque temos uma folga de 3% e só podemos usar 20%, ou seja, 1/5 dos 3%, o que provavelmente não chegará para contratar sequer um trabalhador. Se alguém sair libertará uma vaga mas não vamos poder contratar ninguém no ano que vem porque a folga é muito curta e estamos demasiado próximos do limite que a lei nos impõe.

Há a expectativa de pelo menos 3 pessoas saírem da autarquia no próximo ano, em função dos pedidos de aposentação. Um trabalhador pediu a rescisão fazendo-se valer da legislação própria que foi publicada recentemente, o que nos permite 3 a 5 vagas no próximo ano na melhor das hipóteses.

Continuamos com grandes deficiências na área jurídica e civil. Precisamos de mais engenheiros civis, porque temos apenas um engenheiro técnico civil ao serviço geral na Câmara e um engenheiro civil como chefe de divisão que desempenha outras funções que não as de acompanhamento de obra.

Na Câmara Municipal temos apenas um jurista, estamos sem nenhum nos Serviços Municipalizados e as vagas que forem surgindo no próximo ano serão utilizadas para enriquecer o quadro de pessoal da autarquia nessas áreas.

A despesa será mantida sensivelmente com a mesma composição. A despesa de capital vai manter-se a cerca de 70% das despesas correntes, o que nos permite cumprir em pleno os rácios legalmente impostos.

Este ano foi bom para a Câmara no que toca à gestão financeira, porque conseguimos uma redução de cerca de 10% do nosso endividamento global. Essa redução é bastante superior, quando considerarmos a redução da responsabilidade da Câmara, porque a maioria do endividamento da autarquia, apesar de nominalmente ser dívida da Câmara, tem a ver com um projeto de habitação social em que o Governo Regional paga os respetivos juros.

A Câmara tem assim prevista uma redução de cerca de 40% das despesas com juros para o ano de 2015, face a 2014, o que permitiu encaixar integralmente a obrigação de contribuição para o fundo de apoio municipal que é assim compensada pela redução de juros com um impacto de apenas umas dezenas de milhar de euros no orçamento.

Do ponto de vista do equilíbrio financeiro e do endividamento, 2014 foi um excelente ano e 2015 seguramente também o será do ponto de vista orçamental, já que temos prevista uma redução de cerca de 1,7 milhões de euros no endividamento líquido da autarquia que será maioritariamente feita na componente da responsabilidade municipal, o que nos deixa numa situação de grande conforto.

A capacidade de endividamento da Câmara neste momento, medida de acordo com os rácios legalmente estabelecidos, é excelente, o que nada significa na prática, porque, enquanto se mantiver a atual situação, qualquer endividamento depende de uma autorização do Ministério das Finanças que obviamente não será concedida a não ser em situações excecionais.

Apesar de termos uma capacidade de endividamento teórica, a nossa capacidade real aproxima-se do zero, com a exceção dos 1,2 milhões de euros já autorizados e visados que, eventualmente, não utilizaremos.

Todo o orçamento foi construído visando o endividamento zero ou próximo do zero. Vamos partir para 2015 numa situação de diminuição da dívida líquida da autarquia e de grande contenção orçamental como aconteceu em 2014 e temos inscrito no orçamento as receitas necessárias para cobrir as despesas a que nos propomos, sem grande liberdade. Vamos viver com o que temos e faremos o reforço logo que esteja aberto o próximo quadro comunitário.

No que respeita a grande obras e projetos, dadas as restrições que referi há pouco, temos um orçamento com a continuação e o fim do anterior quadro comunitário. A boa notícia é que vamos gastar 110% das verbas disponibilizadas com a aprovação deste último pacote de estradas, o que nos deixa numa posição muito confortável do ponto de vista da execução dos fundos comunitários.

Vamos gastar tudo o que nos tinha sido atribuído sem perdas de oportunidade, o que nos coloca numa situação muito melhor do que a generalidade das autarquias dos Açores que, infelizmente, não puderam executar os fundos que lhes estavam atribuídos. Mantêm-se assim as mesmas linhas de orientação com pequenos investimentos em matérias que possam ser geradoras imediatas de emprego e as obras maiores são os pacotes de estradas.

Vamos continuar o investimento na melhoria da rede de águas na Terra Chã, com o arranjo da parte que ainda falta na Canada do Rolo, e na conclusão dos reservatórios e a sua entrada em linha, o que permitirá melhorar substancialmente o abastecimento de água àquela freguesia, a S. Bartolomeu e a S. Mateus.

Para 2015 estamos a prever o início do investimento na iluminação das ruínas da ETAR de S. Sebastião, um dos problemas mais urgentes do investimento na área ambiental e este ano conseguimos resolver a situação da zona abaixo da Ladeira Grande que estava com problemas devido à falta de conclusão da obra de saneamento. A fossa já está em condições de ser colocada em linha e vamos continuar esse investimento numa estação elevatória abandonada que existe lá mais em baixo para evitar saídas de efluente não tratado.

Estamos a fazer um trabalho importante de planeamento na melhoria do encaminhamento de efluentes na zona urbana para evitar que o efluente da zona alta da cidade venha à baixa e seja reenviado para a zona alta, um investimento prioritário caso as circunstâncias o permitam.

Os Serviços Municipalizados seguem a mesma lógica de investimento da Câmara sem a inscrição de fundos comunitários novos, visto que os orçamentos são matéria separada apenas por razões formais porque na prática há uma grande interdependência entre ambos.

Há aqui um conjunto de investimentos nalgumas vias, porque, em muitos casos, o asfaltamento da via é acompanhado da substituição da rede de águas e esta dependência está a ser gerida para que ambos os investimentos vão caminhando a par.

Há ainda a necessidade de alguns melhoramentos em alguns esgotos na zona baixa da cidade que serão feitos aquando a reposição de pavimentos de calçadas para evitar duas interrupções para obra.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e Mesa, caros colegas deputados municipais. Manteremos a política cultural desenvolvida ao longo deste ano, centralizada essencialmente na promoção dos artistas locais e será dada oportunidade aos vários centros de convívio, ao artesanato local, às filarmónicas e aos grupos folclóricos.

Uma das grandes metas na área da cultura será também a reabertura do Teatro Angrense ao carnaval, a promoção de um encontro de coros, o «Angra em Festa» ao longo do verão que incluirá o «ColorFest», o roteiro cultural pelas freguesias, os festivais «Angrarock» e «Angrajazz» e as comemorações do S. Martinho.

Os serões do Teatro Angrense com artistas locais revelaram-se um sucesso e serão mantidos ao longo de 2015 e realizaremos ainda o festival de filarmónicas em parceria com a Casa do Povo do Porto Judeu.

Sr. vereador Guido Teles: – No que respeita aos meus pelouros vamos continuar com a reabilitação do parque desportivo municipal, com boa parte do trabalho já efetuado, nas infraestruturas incluídas no património municipal e estamos a planear as intervenções

prioritárias para as infraestruturas que serão integradas no parque desportivo na sequência dos requerimentos das várias instituições.

Temos intenção de colaborar com as instituições habituais que este ano foram bons parceiros da Câmara Municipal, como o *Terceira Automóvel Club*, o *Lawn Ténis Club* ou *Os Montanheiros*, com diversas iniciativas do desporto natureza, uma das áreas constantes das nossas prioridades eleitorais do tal catecismo e, de acordo com o que foi falado no Conselho Municipal do Desporto, estamos a pensar implementar também algumas iniciativas de formação para os agentes desportivos, de acordo com as necessidades de vários clubes.

À semelhança do que tem sido feito nos grandes centros urbanos, estão a ser estabelecidos contactos e a fazer-se o devido planeamento na área do atletismo como o «*Angra color run*», pensado para o próximo ano, e o «*Angra urban trail*», uma corrida noturna em parceria com a Associação de Atletismo da Ilha Terceira e estamos também à espera dos equipamentos de manutenção desportiva que já se encontram encomendados, esperando poder implementar os primeiros no Bailão neste mês ou no próximo.

Vamos implementar as 4 iniciativas aprovadas no Conselho Municipal da Juventude, entre as quais o projeto *Âncora* que teve alguns desenvolvimentos este ano e foi aprovada como uma das medidas a implementar em 2015 através de atividades no contexto recreativo, laboral e escolar. Trata-se de um projeto importante de combate aos comportamentos de risco, considerando os dados estatísticos no que respeita essencialmente à juventude.

Estamos a estabelecer contactos com o Governo Regional e demonstrámos a nossa total abertura para contribuir com o que for necessário. Temos 25 000,00 € reservados para ajudar na instalação de uma incubadora para *startups* no centro de Angra, um projeto que tencionamos implementar em 2015.

A Feira do Jovem Empreendedor é de grande importância para mostrar as iniciativas e o que tem sido feito pelos jovens angrenses. Faremos um esforço para termos algumas empresas âncora que mostrem alguns projetos de sucesso implementados noutros locais do país que possam ser aqui replicados.

Um outro projeto bastante interessante que nos fizeram chegar no Conselho Municipal da Juventude é o «*Angra criativa*» apresentado pela associação *Burra de milho* que visa a disponibilização de espaços municipais para mostrar trabalhos artísticos e criativos dos jovens angrenses.

Resta dizer que na parte da modernização administrativa estamos a finalizar o nosso novo site, vamos lançar o concurso público para as comunicações que permitirá uma considerável redução da despesa do grupo municipal nessa área com a implementação de *hotspots* WiFi no centro histórico da cidade e software *open source*.

Na área dos recursos humanos temos praticamente concluído o levantamento das formações necessárias a implementar nas várias unidades orgânicas, faltando apenas acertar o plano de formação e o levantamento dos orçamentos. Já este ano, foram autorizadas todas as formações solicitadas que beneficiaram vários funcionários no concelho de Angra e na ilha Terceira.

Estamos a ultimar ainda um regulamento relacionado com as normas de higiene, segurança e saúde no trabalho e um outro que vem adaptar o regulamento em vigor referente aos recursos humanos, aos horários de funcionamento da Câmara Municipal e à nova lei dos trabalhadores em funções públicas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Entendemos que este orçamento e Grandes Opções do Plano tem uma componente financeira e outra política que condicionam o voto do PSD. Reconhecemos um maior rigor deste executivo camarário na elaboração do orçamento sem contar com verbas e fundos comunitários que nunca chegam e causam uma baixíssima execução das receitas de

capital; desta vez isso não acontecerá porque não contamos com esses fundos que acabam por não vir.

Há aqui questões estruturantes que não merecem a nossa aprovação. Desde logo a forma atabalhoada como tem sido e pelos vistos vai continuar a ser gerida a questão do trânsito em Angra, com enormes impactos na atividade económica e comercial da cidade.

Também não concordamos com as opções que a Câmara tomou para o novo figurino do mercado municipal que será mais uma grande superfície com uma configuração e volumetria desadequadas.

Quanto ao nível do desemprego, um dos maiores problemas do concelho, não sei onde a Câmara obteve os resultados constantes deste relatório, uma vez que infelizmente não há desagregação de valores por ilha por parte do Instituto Regional de Estatística, apesar dos esforços desenvolvidos aos mais variados níveis da política local e regional.

Custa-me a crer que no concelho de Angra a taxa de desemprego esteja tão abaixo da média regional que é de 15,7%. Acho que estes valores estão subestimados, não espelhando a realidade e a nossa perceção tida no terreno.

Faltam medidas que estimulem a economia do concelho através do dinamismo empresarial e da criação de emprego. Se observarmos a página 1 de 16 das GOP's, vemos que não há medidas significativas em termos de valor para o programa «Jovem Empreendedor» (2 000,00 €), para a cooperação com a universidade dos Açores (50 000,00 €), para o fomento de novas atividades económicas no concelho (5 000,00 €) ou para o programa municipal de captação de investimento externo que conta com uma rubrica aberta de apenas 5 €.

As obras e investimentos constantes do Plano Regional aparecem nos documentos previsionais do concelho de Angra, uma mistura que já acontecera aquando da campanha eleitoral da candidata Andreia Cardoso; não misturemos as coisas, porque o que é do Governo é do Governo e o que é da Câmara é da Câmara.

Há ainda aqui uma falsa premissa, quando se diz que existe uma redução substancial das transferências financeiras do Estado para o município de Angra. Isto não é verdadeiro, porque as medidas de austeridade da república com maior eficácia na cobrança de impostos fizeram com que, através da capitação, o município venha a receber mais 500 mil euros em relação ao ano passado.

É falso que haja uma redução das transferências e ainda há a opção de não incluir neste orçamento o valor previsto pelo aumento do IMI, visto que está em curso um ajustamento dos valores cobrados que aumentarão as receitas do município, apesar de a Câmara, e bem, ter as suas taxas nos mínimos que a lei permite.

Em termos de requalificação e revitalização urbana, estes documentos dizem que há a necessidade de se introduzirem medidas de controlo à infestação por térmitas, com as quais concordamos, mas esta verba é insuficiente e destina-se apenas ao tratamento de edifícios do município. Falta a verba para apoiar os munícipes e não apenas os edifícios da Câmara.

Outra necessidade absoluta é o reperfilamento das ruas calcetadas da zona classificada. No domingo passado o vice-presidente da Câmara disse que ia haver uma nova empreitada; em assembleias municipais anteriores foi dito que o problema seria resolvido rua a rua e não seriam lançadas empreitadas para o centro histórico, mas o facto é que não há no orçamento qualquer verba para as calçadas.

Já foi aqui referido o orçamento participativo para a juventude. Se dúvidas houvesse acerca do que vinha preparado de casa na passada reunião do Conselho Municipal da Juventude, bastou

ouvir a intervenção do senhor vereador Guido Teles, para perceber que tudo já estava preparado e decidido a quem seriam atribuídas as verbas e quais os projetos prioritários.

Fruto da política de credibilização do estado português perante os nossos credores, tem havido um decréscimo muito acentuado das taxas de juro a que as entidades públicas estão sujeitas, o que permite um melhor financiamento e o decréscimo dos juros bancários têm tido um reflexo positivo nas amortizações de financiamentos a que a Câmara fica sujeita.

É assumido neste orçamento que as opções de investimento dão continuidade ao passado. A página 28 refere: «*Constata-se que as opções de investimento em continuidade com o passado se encontram em dois pilares estruturantes.*» Isto significa que vamos ter os mesmos resultados de falta de arranque deste concelho no que diz respeito ao seu desenvolvimento e aumento de emprego.

Essa continuidade com o passado é tão grande que, na elaboração destes documentos, recorreu-se como de costume ao *copy paste* porque no ponto 3 da página 34 ainda refere que «*A Câmara poderá delegar na presidente da Câmara Municipal...*»; ou seja, ainda é uma presidente e não, um presidente. Claro que se trata de uma gralha que devemos encarar com alguma boa disposição mas são necessárias algumas roturas com o passado.

Temos também aqui as duas propostas que a oposição fez em sede de estatuto de direito à oposição que a Câmara decidiu não aceitar. Numa primeira comunicação pública o senhor presidente da Câmara considerou que as propostas eram ilegais mas depois reformulou e afinal já não o eram. Claro que não eram ilegais, senhor presidente!

Na elaboração do orçamento participativo não se trata de retirar qualquer verba à Câmara Municipal mas sim de elencar um conjunto de prioridades que a seguir serão sufragadas e hierarquizadas pela população, como aproximação ao poder local, visando a aproximação dos eleitores aos eleitos e suas políticas, à semelhança do que tem sido feito por um conjunto cada vez maior de autarquias deste país com muito bons resultados. A verba permaneceria na Câmara e dar-se-ia a palavra aos municípios, para se pronunciarem acerca da priorização dessas medidas.

Quanto à devolução de metade da participação variável do IRS à população, já expliquei que há um aumento das receitas do município pelas transferências do orçamento de Estado. Poderíamos ter discutido os pontos do orçamento e feito estes ajustes mas o senhor presidente da Câmara não mostrou qualquer abertura e rejeitou a proposta logo à cabeça.

Se a medida fosse má e ilegal, gostaria que o senhor presidente me explicasse porque é que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, resolveu aprová-la e devolver 2,5% da participação variável do IRS aos seus municípios. Pelos vistos, o que é bom em Lisboa é mau no concelho de Angra.

São grandes as nossas divergências com as apostas da autarquia; como tal, vamos cumprir o que assumimos publicamente e de acordo com a posição dos nossos vereadores, que será o voto contra o orçamento da Câmara Municipal.

Pelas explicações aqui dadas e que constam dos documentos, vamos abster-nos em relação ao orçamento dos Serviços Municipalizados.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Pelo direito de oposição que o senhor presidente da Câmara fez o favor de nos conceder este ano...

Sr. presidente da Câmara: – Fiz a mesma coisa do ano passado, mas tudo bem...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não vale a pena estarmos aqui a elencar o rosário daquilo que nos distingue da atual vereação socialista; já explicámos porque somos contra. Temos questões de menor importância e outras cruciais e o senhor presidente da Câmara

decidiu que levaria as suas decisões até ao fim, nomeadamente no que respeita à construção do mercado, fazendo uso de uma das suas melhores qualidades que é a teimosia.

Sr. presidente da Câmara: – Persistência... que é mais bonito do que teimosia.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Em altura própria apresentámos as nossas propostas e o senhor presidente não mostrou abertura para as aceitar, quando nos recebeu para o direito de oposição. Usando uma linguagem do tipo S. Mateus, como o senhor vice-presidente muito aprecia, a questão é muito simples: «Se não concordo que os nossos filhos casem, não vou discutir os pormenores da boda.» Fica muito clara a nossa posição que é contra este orçamento.

Em relação aos Serviços Municipalizados e porque sou justa, achamos que deveriam ser introduzidas algumas alterações e temos algumas dúvidas por isso abtemo-nos para viabilizar este orçamento.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Tenho algumas preocupações em relação a questões que têm a ver com cumprimentos legais e não foram contempladas no orçamento, nomeadamente a revisão do PDM que, tendo começado em 2004, deveria ter sido revisto em 2014 e não vejo qualquer verba consignada para tal.

Sr. presidente da Câmara: – A lei foi alterada e desapareceu a figura da obrigatoriedade. Os Planos Diretores Municipais mantêm-se em vigor enquanto as entidades responsáveis não decidirem proceder à sua alteração.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – O Festival de teatro desapareceu ou foi omitido por lapso?

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Não foi mencionado por lapso, mantém-se.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – As câmaras anteriores promoveram festivais de órgãos de tubos com muito sucesso perante os turistas que custam uma miséria; basta mandar vir 2 executantes de fora que até se oferecem para tocar gratuitamente porque temos 6 órgãos de tubos e estes festivais são um excelente meio de promoção do nosso concelho.

Se estamos a pensar pedir ao Governo Regional que invista em Angra do Heroísmo, lamento informar mas o que está previsto para a ilha Terceira na rubrica «Qualidade ambiental e património mundial» é a módica quantia de 5 869,00 € que contrasta com a aposta de 81 000,00€ do GR na vinha do Pico património mundial.

Sr. d. m. Artur Lima: – Acho que esta novela das calçadas nos começa a faltar um bocadinho a todos. Concordo com V. Exa que é preciso acabar com as teimosias ou as narrativas da Direção Regional da Cultura sobre se a pedra A ou B casam com a C ou com a D e resolver o problema das calçadas de Angra de uma vez por todas.

Enquanto vereador do executivo anterior, ao contrário do que tem sido aqui feito, aproveito para elogiar o excelente desempenho, colaboração e procura de entendimentos por parte da ex-presidente Sofia Couto, do vereador José Élio Ventura e do António Gomes. Deixo aqui o meu elogio à postura democrática de diálogo que sempre tiveram para com a oposição porque, por várias vezes, já os vi serem aqui renegados até pelos seus.

Quero partilhar aqui o meu gosto em ter trabalhado com a doutora Sofia Couto enquanto presidente da Câmara. «Juntos conseguimos», se bem que esta é uma frase pouco feliz porque fazia parte da campanha para as eleições de 2009 de Carlos César com José Sócrates mas saiu-me por acaso.

O PDM existe para salvaguardar o interesse público, prever o desenvolvimento de um concelho e definir as medidas à disposição das autarquias mas deve ser constantemente avaliado. Essa avaliação foi feita pelo anterior executivo que assumiu compromissos

relativamente a áreas de urbanização na cidade e fora dela, porque há, nas freguesias, zonas interditas com elevados preços em terrenos de construção. É quase impraticável a aquisição de terrenos pelos jovens casais em algumas freguesias de Angra e uma mera revisão do PDM resolveria muitos problemas.

Conheci quem gostasse de ler enciclopédias e o senhor presidente gosta de ler atas...

Sr. presidente da Câmara: – E enciclopédias também.

Sr. d. m. Artur Lima: – É um 2 em 1; um homem perfeito. Se o senhor presidente ler as atas, por uma questão de lealdade, deve assumir e dar continuidade aos compromissos do executivo anterior em resolver os problemas de construção a umas dezenas de munícipes até de S. Mateus, a freguesia do senhor vice-presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Então está resolvido.

Sr. d. m. Artur Lima: – Não tenho dúvidas de que o senhor vice-presidente resolve. Tenho pena que o senhor presidente não tenha uma visão democrática do orçamento participativo, quando isso existe noutras camaras, até nas socialistas.

Dará brevemente entrada na Assembleia Regional uma proposta do CDS-PP para o orçamento participativo regional e tenho pena que o senhor presidente não aceite e queira decidir tudo sozinho, quando temos à nossa disposição instrumentos que permitem mitigar a tão criticada e brutal carga de impostos do Governo da República.

Vou citar o seu camarada e vice-presidente da Câmara de Lisboa naquele *show of* que o Partido Socialista fez em que só faltou levar para lá as coitadinhas das mulheres a levarem porrada dentro do congresso porque tinham levado de fora.

Naquele *show of* em que se brincou com os sentimentos das pessoas, o senhor Fernando Medina disse: «Tenho gosto de a Câmara de Lisboa devolver a sobretaxa de IRS aos seus munícipes.» Pois, senhor presidente da Câmara, o senhor também podia devolver a sobretaxa de IRS aos munícipes de Angra.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Dois elogios ao António Costa e à vereação da Câmara Municipal de Lisboa na mesma Assembleia Municipal! Isto é inédito.

Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, O Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano 2015 foram aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. Independente) e 9 votos contra (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma declaração de voto): – A política deve ser uma atividade nobre e esta característica só se alcança com seriedade, lealdade e, acima de tudo, transparência; é assim que eu e o CDS-PP pautamos a nossa intervenção na Assembleia Municipal de Angra. Sou de uma oposição que até gosta de encontrar consensos mas são sempre precisos dois para se dançar o tango e em Angra não tem sido fácil sequer desafiar alguém para o fazer.

Perante o Orçamento e as Grandes Opções do Plano postas à consideração desta Assembleia Municipal e passado um ano sobre o início de mandato dos órgãos executivos municipais em Angra do Heroísmo, vou referir alguns tópicos para se perceber que o próximo orçamento não poderia merecer da nossa parte um voto a favor.

Seriam estes os pontos principais que poderiam contribuir para que a nossa cidade sáísse do marasmo em que se encontra e constavam daquele jornal de algumas páginas que se intitulava como o manifesto do Partido Socialista.

Não há uma clara aposta num problema seríssimo que é o combate às térmitas e a desinfestação dos edifícios no centro da cidade e do concelho; que se conheça, até agora pouco tem sido feito e prevê-se que muito pouco se continue a fazer no ano que vem.

Uma proposta muito cara aos jovens socialistas, que constava desse manifesto eleitoral e sobre a qual nada se tem feito e não se vislumbra que algo de significativo se venha a fazer, era o plano da melhoria da acessibilidade na zona central da cidade com a eliminação dos obstáculos que impedem a mobilidade reduzida. Reconhecer só, é pouco.

«Estreitar laços de cooperação com a universidade dos Açores, fomentando uma cooperação mais forte.» O que se conhece deste trabalho, para além de uma verbazinha irrisória supostamente para cobrir qualquer coisa que a universidade terá que pagar para manter um curso que o próprio reitor parece não querer manter no polo da ilha Terceira, é pouco.

O que se viu ao longo deste ano nesta Assembleia Municipal foi a maioria socialista chumbar uma proposta da oposição para que se encomendasse à universidade dos Açores um estudo de desenvolvimento integrado e sustentável do concelho de Angra do Heroísmo.

«Aprovar e publicitar uma carta municipal de investimentos públicos.» Com todos os problemas que temos tido em termos de empreitadas de obras públicas e com o que está previsto acontecer neste orçamento municipal, que é muito pouco, o melhor é recomendar que alguém vá à bruxa para resolver estes problemas.

«Colaborar com outras autarquias do Grupo Central para fomentar as relações comerciais com base no regresso da pequena cabotagem marítima insular ao Porto das Pipas.» Até agora, zero e já se percebeu que a rampa *ro-ro* é para inaugurar apenas em 2016, possivelmente 15 dias antes das eleições regionais.

Quanto aos planos de negócios para empresas em áreas de interesse autárquico como as térmitas ou o estacionamento, pouco se conhece. O fundo municipal de investimento para apoiar projetos estratégicos no concelho é muito pouco e missões empresariais com interesse comercial para o concelho, menos ainda.

Promoção da cidade património mundial, divulgando o concelho como polo âncora da visitação do grupo central do arquipélago, zero. Melhoria da sinalização dos principais pontos turísticos, até agora nada e para a frente, muito pouco. Criar roteiros turísticos temáticos concelhios, igualmente. Apoiar a angariação e a organização de congressos e outros eventos, idem aspas. Perguntados sobre o que acham do processo de liberalização das rotas aéreas para defender o aumento das ligações diretas ao estrangeiro, nem foram capazes de um suspiro.

Havia outras iniciativas muito interessantes como o Programa Municipal de Reabilitação e Revitalização Urbana, o investimento na substituição dos pavimentos, em particular nas calçadas, o plano de revitalização da zona nascente da cidade, a recuperação dos imóveis devolutos e degradados, etc., etc.

O Plano e Orçamento para 2015 é um plano de intenção e de correção. Havemos de esperar para ver o que aí vem, porque o que temos para já são estradas e ordenados para pagar.

Posto à votação, depois de terminadas as intervenções, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015 constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD, 1 do d.m. Independente) e 9 votos contra (5 do PSD, 4 do CDS/PP).

1.3 – Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2015, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- Despesas de Investimento: – 236 500,00 € (duzentos e trinta e seis mil e quinhentos euros).

Orçamento:

- Receitas Correntes: – 5 869 800,00 € (cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil e oitocentos euros).

- Receitas de Capital: – 150 100,00 € (cento e cinquenta mil e cem euros).

- Outras Receitas (Reposições não abatidas aos pagamentos): – 100,00 € (cem euros).

Total geral das receitas: – 6 020 200,00 € (seis milhões, vinte mil e duzentos euros).

- Despesas Correntes: – 5 617 400,00 € (cinco milhões, seiscentos e dezassete mil e quatrocentos euros).

- Despesas de Capital: – 402 600,00 € (quatrocentos e dois mil e seiscentos euros).

Total Geral das Despesas: – 6 020 200,00 € (seis milhões, vinte mil e duzentos euros).

Nos termos do n.º 3 do artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, o mapa de pessoal para 2015 acompanha a presente proposta de orçamento.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Boa tarde senhor presidente, Exma. Câmara, senhores deputados municipais.

No Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados parece-me haver uma gralha nos números apresentados na convocatória porque há uma diferença de 200 mil euros entre o total geral da despesa e o total geral da receita e também me parece existir uma diferença de 200 euros na soma das parcelas mas poderá haver uma parcela que não esteja aqui discriminada.

Não se registando mais intervenções e postos à votação, depois de corrigido o valor Total Geral das Despesas para 6 020 200,00 €, os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2015 foram aprovados por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. Independente) e 9 votos contra (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.4 – Segunda alteração de 2014 ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no sentido de serem criados dois postos de trabalho na categoria de técnico superior com contrato a termo resolutivo por tempo determinável, um na área de direito e outro na área de engenharia civil, a fim de substituírem dois trabalhadores que se encontram temporariamente impedidos de prestar serviço, por se encontrarem em comissão de serviço noutras entidades, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em funções públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Foram nomeadas duas pessoas para cargos exteriores à Câmara. Um engenheiro civil transitou para os Serviços Municipalizados e um jurista foi nomeado para um cargo de chefia no Governo Regional. Em consequência disso precisamos de incluir dois postos de trabalho transitórios para substituírem essas pessoas por tempo determinável.

A alteração ao Mapa de Pessoal constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor (24 do PS, 1 do d. m. Independente) e 15 abstenções (11 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.5 – Abertura de procedimento concursal com vista à contratação por tempo determinado de um técnico superior em regime de substituição com formação na área de engenharia civil, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

Aprovado por maioria com 25 votos a favor (24 do PS, 1 do d. m. Independente) e 15 abstenções (11 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.6 – Abertura de procedimento concursal com vista à contratação por tempo determinado de um técnico superior em regime de substituição com formação na área de direito, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

Aprovado por maioria com 25 votos a favor (24 do PS, 1 do d. m. Independente) e 15 abstenções (11 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.7 – Pedido para assunção dos encargos plurianuais respeitantes à aquisição de serviços de voz fixa e móvel, dados fixos e móveis, SMS, Internet TV e HOTSPOT WIFI até ao limite de três anos, no valor de 43 000,00 € em cada ano económico (2015, 2016 e 2017). Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos conjugados da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 junho e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara: – Este pedido resulta do facto de, neste ano de 2014, a Câmara ter incluído no seu documento orçamental uma autorização de assunção de encargos plurianuais, algo que não foi feito pelos Serviços Municipalizados.

Resolvemos fazer um concurso conjunto para fornecimento de serviços de telecomunicações a todo o grupo municipal porque não fazia sentido manter os dois contratos independentes que tínhamos até agora e deparámo-nos com a impossibilidade legal dos Serviços Municipalizados assumirem encargos plurianuais porque não estavam autorizados pela Assembleia.

Pretende-se suprir essa deficiência no orçamento de 2014 impeditiva dos SMAH poderem integrar o concurso global de telecomunicações que está a ser feito pela autarquia.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Pedido de Assunção de Encargos constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.

1.8 – Nomeação pela Assembleia Municipal do auditor externo para certificação de contas deste Município, em que se incluem as contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, para o triénio 2014-2016 em conformidade com o previsto no n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Pretende-se manter os serviços do mesmo auditor que o município detém desde há uns tempos para o próximo triénio, porque tem conhecimento do funcionamento da autarquia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – À partida, nada temos a opor à manutenção do auditor nem qualquer motivo de queixa; no entanto, julgo que se pode fazer uma chamada de atenção para o facto de se tratar do mesmo auditor desde 2007.

A bem da transparência e para evitar alguns vícios no procedimento, julgo que seria adequado começar a pensar-se noutra serviço de auditoria, porque quem faz o mesmo serviço à mesma entidade durante algum tempo pode correr o risco de enfermar em vícios.

Não havendo mais intervenções, depois de votado A nomeação do Auditor Externo constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria, com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. Independente) e 9 votos contra (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.9 – Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e respetiva alteração, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O orçamento dos Serviços Municipalizados que acabámos de aprovar foi feito com um pressuposto de manutenção da generalidade das receitas, não implicando grandes alterações do ponto de vista do tarifário, introduzindo-se apenas alterações de natureza técnica.

A primeira dessas alterações visa a introdução progressiva do sistema PAYT (*Pay As You Throw*) que distingue em termos de preço os utilizadores do serviço, havendo uma discriminação positiva a quem proceda à separação dos resíduos. Esta alteração não terá efeitos imediatos nem um impacto financeiro significativo, porque engloba um conjunto de complexidades e não se estima para já um grande grau de adesão.

Os Serviços Municipalizados começarão pelas entidades produtoras de grandes volumes de resíduos e o sistema será progressivamente estendido a outros tipos de utentes, à medida que a experiência o aconselhe. Mantém-se em vigor a mesma tarifa para quem não adira ao sistema que também funciona como teto máximo para quem não seja capaz de executar a separação.

A outra alteração tem a ver com um grande utilizador, neste caso a fábrica de laticínios, em que o pagamento será efetuado em função da carga orgânica descarregada, com vista a premiar os investimentos já feitos e os que terão ainda que se fazer no tratamento de efluentes.

A terceira questão tem a ver com uma redução de 50% no custo da ligação de contadores na agropecuária, visando convencer mais lavradores a aderirem ao sistema já que, mesmo que paguem a água a um preço mais baixo, mais vale que paguem alguma coisa do que nada.

A Assembleia tomou conhecimento das alterações introduzidas no Tarifário dos SMAH.

1.10 – Relatório do segundo trimestre de 2014 da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O relatório indicia uma atividade empresarial saudável. A empreitada de construção da central de valorização energética está a prosseguir em boa ordem sem atrasos e o equilíbrio financeiro da empresa mantém-se.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da TERAMB constante do Ponto 1.10.

1.11 – Voto de Congratulação a Sílvia Nogueira pela obtenção do título de Campeão Nacional de Basquetebol de Cadeira de Rodas e da Taça de Portugal.

Sra. d. m. Luísa Ribeiro: – É com enorme prazer que o grupo parlamentar do Partido Socialista vem associar-se a este voto de congratulação ao Sílvio Nogueira, não só pelo seu percurso de sucesso no desporto mas, essencialmente, pela sua capacidade ímpar para enfrentar batalhas.

A quem é capaz de lutar contra a adversidade, transformando-a em fé e sucesso, nós baixamos dignamente a cabeça. O Sílvio estava no auge da vida quando subitamente o azar quase lhe tirava todos os sonhos mas ele não aceitou o desencanto nem a inércia; por isso baixamos dignamente a cabeça.

Baixamos a cabeça para pensar no Sílvio e termos consciência do bem que nos assiste quando estamos todos nós intactos.

Baixamos a cabeça para tentarmos ter consciência do caos que é a vida de tantos que se vêm privados de gestos tão pequenos e tão grandes como saltar com os pés descalços na relva fresca.

Baixamos dignamente a cabeça para tentarmos estar à altura de quem sabe que a luta constante é a única arma que sustenta a vida humana e o Sílvio sabe-o.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – É com muita satisfação que o grupo municipal do PSD também se associa a este voto.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A bancada municipal do CDS-PP também se associa a este voto.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Voto de Congratulação a Sílvio Nogueira constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Designação de três representantes com idades até aos 35 anos, residentes no Município, a fim de integrarem o Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Angra do Heroísmo, nos termos da alínea j) do artigo 5.º do Regulamento do citado Conselho Municipal.

- Aprovada por maioria em escrutínio secreto com 38 votos a favor e 1 contra, a designação dos seguintes representantes:

– Tânia Rocha, Irina Mendes e André Melo Castro.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 – Voto de Congratulação pelo recente reconhecimento público da inscrição na lista do Património Cultural e Imaterial da Humanidade – UNESCO de António Ferreira da Costa, graças à atividade que vem desenvolvendo como chocalheiro.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e vereação, caros colegas deputados.

Associo-me a este Voto de Congratulação. O senhor é conhecido como o António André e é um chocalheiro muito apreciado por todos os postosantenses, porque possui o seu museu, está ligado à tauromaquia, além das suas qualidades como ferreiro e pelo incentivo à divulgação desta arte.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Estou com uma dúvida. É Património Cultural e Material da Humanidade ou estabelece-se o paralelismo com o cante alentejano e com o fado? É que, como os chocalhos são meramente materiais, têm um badalo e são feitos de metal, poderia ser património «Imaterial».

Não se registando mais intervenções e posto à votação com a alteração sugerida, o Voto de Congratulação a António Ferreira da Costa foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa: – Enquanto se ultimam os preparativos para a leitura da minuta, aproveito para desejar aos senhores deputados e à Exma. Câmara, votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo. Quando o *homem* quer, é possível discutir tudo com profundidade e elevação. Muito obrigado.

As palavras do senhor presidente da Mesa mereceram os aplausos dos senhores membros da Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – Os que estão deste lado também desejam a todos vós um feliz Natal e que o ano de 2015 seja bom. Muito obrigado.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Quero agradecer e retribuir os votos de Boas Festas, em nome da bancada municipal do CDS-PP e acho que seria importante um convívio para podermos estar juntos do mesmo lado sem ser em votações e em lados opostos da bancada no verdadeiro espírito natalício, partilhando um beberete com umas bolachinhas de água e sal. Acho que seria uma prática interessante.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Agradeço o convite e penso que todos estamos abertos à sugestão de realizar um jantar convívio. Boas Festas para todos.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 13H10M do dia 02 de dezembro de 2014, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz